



## Monografia

# Reformas na economia Chinesa nos anos 80 e breve comparação com a URSS

**Aluno: William Borgonovi RA: 083091**

**Orientador: Professor Eduardo Mariutti**

**Campinas, 2011**



William Borgonovi

## Monografia

Reformas na economia Chinesa nos anos 80 e breve  
comparação com a URSS

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Mariutti.

**Campinas, 2011**

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>CAPÍTULO 1: Introdução à teoria Socialista.....</b>	<b>6</b>
1.1.	O Marxismo-Leninismo.....	7
1.2.	Concepção de Socialismo Maoísta.....	13
<b>2.</b>	<b>CAPÍTULO 2: Mudanças político-econômicas na China e na União Soviética.....</b>	<b>17</b>
2.1.	As condições iniciais.....	19
2.2.	Pressões internas e externas.....	21
2.3.	As Estratégias de Reforma de Gorbachev e Deng Xiaoping.....	24
<b>3.</b>	<b>CAPÍTULO 3: Deng Xiaoping e as transformações da Economia Chinesa.....</b>	<b>31</b>
3.1.	A Política agrária de Mao Tse-Tung.....	32
3.2.	Agricultura Chinesa a partir dos anos 80.....	37
3.3.	Urbanização e liberalização nos anos 90.....	43
3.4.	Resultados: Êxodo rural, Desigualdade social e Crescimento orientado por exportações.....	48
<b>4.</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>53</b>
<b>5.</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>56</b>

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 1-</b> Transição numa Perspectiva Comparada.....	<b>29</b>
<b>Tabela 2-</b> Empresas de Aldeias e Municípios por tipo e quantidade de empregados na China (1985 – 2002).....	<b>45</b>
<b>Tabela 3 -</b> Distribuição Populacional Urbano e Rural na China (1985 -2006).....	<b>50</b>
<b>Figura 1-</b> Evolução da variação do PIB da China e da Rússia – (1971 a 1998).....	<b>17</b>
<b>Figura 2-</b> Participação das Exportações no PIB, Leste Asiático e China (1965 – 2004).....	<b>39</b>
<b>Figura 3-</b> Total de Renda transferida do campo para a cidade na China (1980 – 2000), em bilhões de Yuan.....	<b>50</b>

## **Resumo**

A história da China é vasta e cheia de especificidades; recentemente esta adotou medidas que modificaram sua estrutura levando a um destaque econômico surpreendente. Tais mudanças não refletem seu passado como nação socialista, com a liderança de Mao Tse-Tung e a Revolução Cultural. A introdução da lógica de mercado com Deng Xiaoping e as mudanças em setores estratégicos é um tema amplo e rico em detalhes. Esta pesquisa tem como objetivo entender as transformações que ocorreram na China, com uma breve abordagem sobre o socialismo de Karl Marx, uma comparação com as reformas na URSS de Mikhail Gorbachev observando as principais diferenças e os motivos aparentes das consequências opostas nos resultados econômicos. Por fim um enfoque nas mudanças na China, analisando principalmente as transformações do fim do período de Mao até as de Deng Xiaoping, extraíndo pontos decisivos como o setor agrário e a indústria, além de observar consequências positivas e negativas para a nação chinesa.

**Palavras-chaves:** China, URSS, reforma, mercado, socialismo.

## **Abstract**

China's history is wide and full of specificities; recently China made big changes in its structure leading to a surprising economic growth. Such changes don't reflect its socialist past with the leadership of Mao Tse-Tung and the Cultural Revolution. The introduction of the market logic with Deng Xiaoping and the changes in strategic sectors it is a big and rich topic. This research's goal is to understand the modification that happened in China, with a brief of the socialist theory of Karl Marx, a comparison with the reforms in the URSS of Mikhail Gorbachev, observing the main differences and reasons for the opposite consequences in economic results. In the end, an approach of the reform in China, analyzing the main changes between Mao's period and Deng's one, highlighting decisive topics such as the agrarian sector and industry, also extracting the positive and negative consequences for the Chinese nation.

**Key words:** China, URSS, reform, market, socialism.

## 1. Capítulo 1: Introdução à teoria Socialista.

Abordar, afirmar e entender que ocorreu algum tipo de “transição” nas economias da China e Rússia é um desafio e, ao mesmo tempo, uma tarefa muito abrangente. De forma sintética, vamos analisar as mudanças na sociedade chinesa produzidas na década de 1980, utilizando, como contraponto e medida de comparação, a evolução da URSS, que também ensaiou reformas, mas que saíram do controle e encerraram a experiência socialista e, até mesmo, a fragmentação da antiga unidade política.

Duas grandes e relevantes nações que tentaram cada uma a seu modo, colocar em prática elementos da teoria de Karl Marx, adaptadas às suas peculiaridades e ao seu contexto. A União Soviética e a República Popular da China conhecidas por serem socialistas e com peso importante na geopolítica mundial, passaram por reformas no fim do século XX, muitos fatores foram relevantes durante este período como as pressões internas e externas, mas vemos que no “fim” destes processos ocorreu uma queda da economia Russa e uma ascensão da Chinesa. Uma das pretensões desta monografia é tentar entender como as reformas Chinesas levaram esta para uma posição importante no âmbito mundial e quais as principais diferenças que levou a URSS ao declínio.

Muitos autores como Medeiros (2008), concordam que Gorbachev não planejava o colapso do socialismo nem da URSS, este perdeu o controle das reformas por vários fatores, tanto externos quanto internos, culminando com mudanças no regime. Diferentemente, a civilização chinesa historicamente lutou por uma identidade nacional, além do próprio território, por conta disso o processo de reforma foi concedido de forma interna, a cultura estrangeira foi adaptada e a teoria socialista recebeu contribuições específicas do contexto Chinês.

Para entendermos os processos de reforma tanto na China, que é nosso foco, quanto na Rússia, devemos ter uma visão básica do sistema socialista e seus conceitos básicos. Uma breve referência a alguns parâmetros do Marxismo é essencial para o estudo atual, principalmente para entendermos como a URSS e a China pretenderam romper com as práticas do capitalismo e, sobretudo, para destacar as diferenças entre as duas concepções de teoria e prática socialista.

## 1.1 – O Marxismo-Leninismo

As idéias de Mao Tse-Tung foram muito influenciadas pelo contato deste com as obras de Karl Marx e o exemplo de Lênin na URSS. Para melhor entendermos a concepção do Maoísmo devemos abordar as idéias fundamentais do Marxismo-Leninismo.

De acordo com Luis Fernandes (2000), Marx e Engels conceberam o socialismo como movimento para a superação das contradições fundamentais do capitalismo. Sendo assim, o esforço fundamental foi concentrado para identificar as contradições e o seu desenrolar, levando a uma produção crítica vasta e sistematizada sobre o desenvolvimento do capitalismo, mas com baixo foco na sociedade socialista que deveria lhe suceder.

A idéia de Karl Marx vai contra o sistema Capitalista, identificando-o como algo desumano e desigual. Duas grandes obras de Marx foram O Capital e o Manifesto do Partido Comunista, que tentaremos sintetizar alguns fundamentos importantes. De acordo com Marx, o modo de produção de uma sociedade, possui grande influência nas relações sociais, a força motriz da história em última análise são as relações de produção e a luta de classes. O Capitalismo tem como base a produção de mercadorias, as quais dentro deste sistema parecem ter atributos além do seu valor de uso. Como diz Marx a mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho. Sendo assim uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma de uma relação entre coisas, que é chamada de fetichismo.

Mas qual o problema do fetichismo? Este é a base da alienação, pois é oculto todo o processo produtivo simplesmente no processo de circulação das mercadorias. Esta neblina que cobre os olhos das pessoas é agravada com a formação do equivalente geral, o dinheiro, que sustenta o valor das demais mercadorias, como se o dinheiro possuísse um valor semelhante e universal, ele realiza o preço das mercadorias. Mercadorias essas que além do seu conteúdo material de riqueza, ou seja, seus valores de uso, possuem o valor de troca que é a maneira de se expressar de substâncias “distintas”, esse meio só pode ser exercido por algum método de comparação compatível e comum, ser produto de trabalho.

Marx analisa o sistema pelo seu modo de produção, o Capitalismo é identificado pelo modelo D-M-D', onde D' é maior que D, sendo D o dinheiro e D' o dinheiro mais uma mais valia. Podemos notar que no modelo D-M-D' o processo começa com dinheiro e termina com este, demonstrando que a finalidade nada mais é que gerar mais dinheiro. Para que haja um acréscimo do dinheiro inicial, ou seja, para que seja capital algo ocorre durante M, o processo de produção da mercadoria.

Para entendermos este acréscimo, é necessário observarmos uma mercadoria especial que Marx chama a atenção. Uma mercadoria cujo valor de uso possua a propriedade peculiar de ser fonte de valor, a força de trabalho. O Capitalista vai ao mercado contratar novos trabalhadores para suas indústrias, esses proletários recebem um salário que deve ser suficiente para sua sobrevivência e reprodução. Mas como surge o excedente?

A mais-valia surge da diferença do tempo de trabalho necessário e do tempo de trabalho excedente. O tempo de trabalho necessário é aquele necessário para reprodução do trabalhador, onde ele gera o equivalente a sua cesta de bens, a sua remuneração. Já o tempo de trabalho excedente, é o trabalho não pago, é a labuta além do trabalho necessário, é esta que gera a mais-valia, “que sorri ao capitalista com todo o encanto de uma criação do nada”.

Este mecanismo de geração de valor, onde o capitalista explora o trabalhador, é a base do sistema do Capital, ele precisa da força de trabalho e depende dela. Marx não consegue observar nenhuma forma de homogeneidade e igualdade neste sistema, o considera injusto e que este terá um fim que surgira dentro da base do próprio sistema. O espírito da concorrência e a introdução da maquinaria com a Revolução Industrial leva a maior exploração da força de trabalho, tanto reduzindo o tempo de trabalho necessário mantendo a mesma jornada quanto elevando a duração da jornada de trabalho. Isto aumenta a pressão sobre a classe trabalhadora.

Com o avanço do Capitalismo, Marx tenta perceber a influência que o crescimento do capital exerce sobre a classe trabalhadora e observa que existe uma subordinação cada vez maior do proletário ao capital, onde o desemprego, a exploração e a desigualdade social são necessários para o bom funcionamento do sistema, “a



acumulação da riqueza num pólo é, ao mesmo tempo, a acumulação da miséria no pólo oposto”.

A partir desta visão foi elaborado e publicado em 1848 o Manifesto do Partido Comunista por Karl Marx e Friedrich Engels, dirigido especialmente aos proletários de todo o mundo. O Manifesto do Partido Comunista trouxe algumas indicações do projeto socialista, como a abolição da propriedade privada, a constituição do proletariado como classe dominante e o desafio de destruir as antigas relações capitalistas de produção. O Estado sendo o proletariado organizado, mas determinar como exatamente isso deve ser, é um desafio teórico mais difícil do que parece à primeira vista. Nem Marx e Engels chegaram a teorizar sobre a sociedade socialista em si, informações relevantes deste tema talvez possam ser extraídas da experiência da Comuna de Paris, no entanto, esta durou somente dois meses sendo confinado na cidade de Paris. (FERNANDES, 2000) No início do Manifesto os autores anunciam a complexa evolução histórica das instituições capitalistas e da nascente burguesia. Em um mundo dividido em classes, sendo elas a burguesia a qual detêm a posse dos fatores de produção e os proletários que são privados de meios de produção próprios e “se veem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir”.

Marx critica fortemente o Capitalismo no texto abordando a exploração que causa nas famílias, à perda dos laços familiares, a utilização de mão de obra feminina e infantil, a precificação dos valores. Introduce o ideal dos comunistas que engloba a dos proletariados, com a vitória dos proletariados, as classes acabariam, pois todos seriam comunistas. A conclusão de Marx e Engels é a necessidade de uma revolução proletária, ressaltando a importância crítica de um movimento em que todos os explorados economicamente se juntassem o quanto antes, já que a exploração do capitalismo cresce a cada momento, tornando-se a cada dia mais forte e devastador. O ápice é a famosa expressão "**proletários de todos os países, uni-vos**", ressaltando o poder dos proletários.

Ao descobrir as forças antagônicas que promovem as mudanças, o marxismo verifica a existência de luta de classes, e sua maior teoria está no fato de projetar o resultado dessa luta de classes no capitalismo, conduzindo de maneira exata ao estabelecimento da ditadura do proletariado.

É importante observar que para se alcançar o comunismo, defendido por Marx, que visa a criação de uma sociedade sem classes sociais onde os meios de produção deixariam de ser privados, tornando-se públicos, existe uma etapa intermediária que é o Socialismo. É impossível após o triunfo de uma revolução proletária, passar à imediata supressão de todas as diferenças de classe na sociedade, afirma Marx. Ao acabarem de sair de uma sociedade capitalista, apresentando aspectos econômicos, morais e intelectuais inerentes a esta, é necessário um período de transição. (FERNANDES, 2000) No campo político, a ideologia comunista defende a ausência do Estado por conta que este é o instrumento na qual uma classe domina e explora outra classe, como dizem Marx e Engels “o poder político, adequadamente assim denominado, é meramente o poder organizado de uma classe para oprimir a outra”.

O Socialismo como etapa de transição teria um Estado organizado pela ditadura do proletariado onde ocorreria a socialização dos meios de produção e o fim da propriedade privada, mas apesar de ter abolido a propriedade privada, a sociedade se defrontaria ainda com a prevalência de valores burgueses e pré-burgueses, além de diferenças sociais herdadas da divisão de classes anterior, como por exemplo, os contrastes entre o trabalho manual e o intelectual, entre o campo e as cidades, de acordo com Luis Fernandes (2000). Posteriormente, as diferenças sociais, de classe e políticas já seriam superadas, definindo uma nova moral comunitária e a própria decadência do Estado, a meta seria o comunismo perfeito, onde todas as desigualdades sociais e econômicas, além do próprio Estado, acabariam.

O Comunismo nunca foi alcançado, a história nos mostra sociedades que seguiram a teoria marxista, porém nenhuma chegou a eliminar o Estado. Com algumas revoluções ideologicamente chamadas de marxistas a teoria foi colocada em prática, e muito se aprendeu com essas experiências, destacando-se a União Soviética de Lênin. Lênin antes de completar 20 anos já começou a ter contato com as obras de Marx, participava de estudos e atuava no meio operário, escreveu muitas obras, todas elas resultado de sua atuação política. Vladimir Ilyich Ulyanov (Lênin) contribuiu bastante para a teoria marxista a ponto de muitos teóricos nomearem suas idéias de Leninismo. O Leninismo é a aplicação do marxismo às condições peculiares da situação russa, é o marxismo da época do imperialismo, é a teoria e a tática da revolução proletária.

O Leninismo se desenvolveu e se formou no período do imperialismo, quando as contradições do capitalismo haviam alcançado o ponto culminante, pois o imperialismo leva as contradições do capitalismo ao último termo, limites extremos da contradição entre o trabalho e o capital além das contradições entre os diversos grupos financeiros e as diversas potências imperialistas na sua luta pelas fontes de matérias-primas e pelos territórios alheios. Entre as maiores contribuições de Lênin esta a intervenção do partido revolucionário nas massas para o povo adquirir uma consciência revolucionária, Lênin defendia um partido que interviesse de maneira centralizada em todos os espaços de discussão e militância do proletariado. (STÁLIN)

É um fato que as condições históricas na Rússia no período da revolução soviética diferiam muito das apontadas por Marx e Engels, brevemente podemos apontar que pela teoria marxista a revolução tenderia a surgir em países onde as contradições do capitalismo estivessem mais avançadas, sendo assim, as contradições entre a burguesia e o proletariado estariam mais aguçadas. Por isso mesmo que se esperava a revolução em países como a Inglaterra, pelo avanço muito rápido desde a revolução industrial. A Rússia mantinha um acentuado atraso econômico, cultural e político comparado com as outras potências, os grupos mencheviques tinham a opinião que a Rússia tinha que passar pelo estágio avançado do capitalismo para a revolução, por outro lado os bolcheviques compreenderam o problema a partir da elaboração das “Teses de Abril” de Lênin em 1917. (FERNANDES, 2000)

Segundo GOMES (1999), os bolcheviques esperavam que a revolução comunista na Rússia fosse um instrumento de expansão, uma ponte para outras revoluções mais urgentes de outros países. Assim como a I Guerra Mundial era dada como propulsor das revoluções sociais. Sendo assim, o atraso da Rússia seria compensado pela revolução das sociedades mais evoluídas capitalistas, sendo que posteriormente a Rússia seria ajudada a alcançar o socialismo.

No entanto essa visão não ocorreu, o esforço foi derrotado e não foi seguido pelas maiores nações capitalistas, mas mesmo assim a URSS teve um grande avanço tecnológico que de certo modo era inesperado pelos teóricos. Dado suas condições de riquezas naturais, indústrias concentradas, território extenso, a possibilidade da construção do socialismo sem apoio de outros Estados concretizou-se. O poder

Soviético, segundo Lênin, deveria consolidar uma aliança entre os trabalhadores das cidades e a massa dos camponeses no campo.

Marx nunca produziu uma obra de sistematização das reflexões sobre o Estado, como fez em relação às leis de desenvolvimento social do capitalismo em *O Capital*. Sabe-se que esta obra estava em seus planos, mas nunca chegou a ser produzido, na verdade nem *O Capital* foi concluído. Lênin iniciou a primeira experiência continental das teorias socialistas, posteriormente veio Mao Tse-Tung, ambas trouxeram avanços, inovações e questionamentos sobre a teoria e resultados distintos por muitas razões. (FERNANDES, 2000)

## 1.2 - Concepção de Socialismo Maoísta



Fonte: [elcerdocapitalista.blogspot.com](http://elcerdocapitalista.blogspot.com)

O líder da República Popular da China Mao Tse-Tung ou Mao Zedong (em pinyin) desde 1949 a 1976, defendeu uma China Socialista aos moldes da teoria Marxista-Leninista e com muitas contribuições pessoais. Mao destacava não somente os proletários de Marx como uma força revolucionária, mas por conta da realidade rural Chinesa, ele acreditava que o camponês também poderia formar uma força revolucionária que com a liderança do Partido Comunista poderia ser mobilizado.

Uma síntese do pensamento Mao Tse-Tung é o mundialmente conhecido “Livro Vermelho”, que é uma coletânea de citações do então presidente da República Popular da China Mao Tse-Tung, onde ele expõe conceitos e pensamentos que construíram sua personalidade. A difusão do livro pela população foi enorme, tanto pelo preço quanto pelos deveres de cidadão que a propaganda comunista indicava, era como um dever “não oficial”.

A importância desse livro foi fundamental para a popularização tanto de Mao como dos fundamentos base do partido comunista Chinês, dando maior legitimidade ao governo e assim melhor governabilidade. Para entendermos tanto Mao como a China, é imprescindível a abordagem do Livro Vermelho.

A primeira página da coletânea já representa bastante o que veremos, a primeira frase é “Workers of all countries, Unite!”, fazendo conexão com o Manifesto do Partido Comunista de Karl Marx, demonstrando que Mao acredita e quer colocar em prática o Marxismo. O livro é dividido em 33 capítulos que tentam agrupar todo o legado de Mao durante vários congressos e pronunciamentos.

De acordo com Mao Tse-Tung, “The theoretical basis guiding our thinking is Marxism-Leninism.” (pg3- 1954), é muito clara a afirmação em todo o livro da teoria Marxista, sempre dando força e instrução ao povo principalmente o camponês. Mao defende e explica que a base da revolução é o tripé entre a teoria Marxista-Leninista, o Partido Comunista e o Povo Chinês, este conjunto deve permanecer forte, para que a revolução Comunista seja alcançada.

“Without the effort of the Chinese Communist Party, without the Chinese Communists as the mainstay of the Chinese people, China can never achieve independence and liberation, or industrialization and the modernization of her agriculture.”(Mao Tse-Tung, pg 5, 1945)

A política de Mao era fortalecer o camponês como uma classe importante no país e ensina-los quanto aos problemas do capitalismo e os países imperialistas. Fortalecendo a classe camponesa Mao conseguiria legitimidade e força para conseguir manter a revolução, sendo assim era necessária a modernização da agricultura.

A luta de classe não acabou mesmo com a revolução, Mao enfatiza que é necessário manter a chama do comunismo acesa, pois sempre haverá uma oposição. Esta na natureza da sociedade de classes esta oposição e a revolução só terá sucesso total com o termino deste embate quando for alcançado o Comunismo e o proletariado conquistar o poder, “In class society everyone lives as a member of a particular class, and every kind of thinking, without exception, is stamped with the brand of a class.” (Mao Tse-Tung, pg17, 1937)

Para que o sucesso da revolução se concretize é necessário que o povo seja forte e compreenda a teoria Marxista- Leninista e sejam guiados pelo Partido Comunista. Mesmo que o fim do capitalismo seja eminente e o socialismo triunfe, muitos opositores

imperialistas tentaram frear a história, a natureza das sociedades, para tal o povo tem que estar preparado para combater este inimigo.

Durante os séculos XIX e XX a China com as invasões das potências imperialistas, lutou contra a invasão japonesa, ocupando mais da metade do território chinês nos anos 30 e 40 do século XX. Por isso, o esforço dos comunistas liderados por Mao Tse-Tung contra o imperialismo das grandes nações, acabou por receber grande apoio da população.

“The class struggle is by no means over. The class struggle, between the proletariat and the bourgeoisie, the class struggle between the different political force and the class struggle in the ideological field between the proletariat and the bourgeoisie will continue to be long and tortuous and at times will even become very acute. The proletariat seeks to transform the world according to its own world outlook, and so does the bourgeoisie. In this respect, the question of which will win out, socialism or capitalism is still not really settled.” (Mao Tse-Tung, pg35,1957)

Mao era claro em dizer que o socialismo devia ser desenvolvido na China e a rota para tal fim era uma revolução democrática, o que permitiria a consolidação socialista e comunista, ao longo de um período de tempo, afirmava que este não era um caminho simples, limpo, rápido ou sem luta. Também considerava importante unir os camponeses, e educá-los sobre as falhas do capitalismo.

The socialist system will eventually replace the capitalist system; this is an objective law independent of man's will. However much the reactionaries try to hold back the wheel of history, sooner or later revolution will take place and will inevitably triumph. (Mao Tse-Tung, pg47, 1957)

Segundo Mao, as classes sociais permanecem depois da tomada de poder pelos revolucionários, de modo que também deve continuar a luta de classes durante o governo socialista, já que a burguesia mantém, após a revolução, a capacidade de

restaurar o capitalismo. Evitar que isso acontecesse na China foi o principal motivo para organizar em 1966 a Grande Revolução Cultural. Uma ofensiva de Mao contra os reformistas, movimentando uma grande massa de jovens a se rebelar contra os seus opositores e posteriormente também usando a força do Exército. Essa forte proteção contra as influências externas feita por Mao, somente enfraquece com a conquista de posições no PCC da ala reformista e com a sua própria morte em 1976.

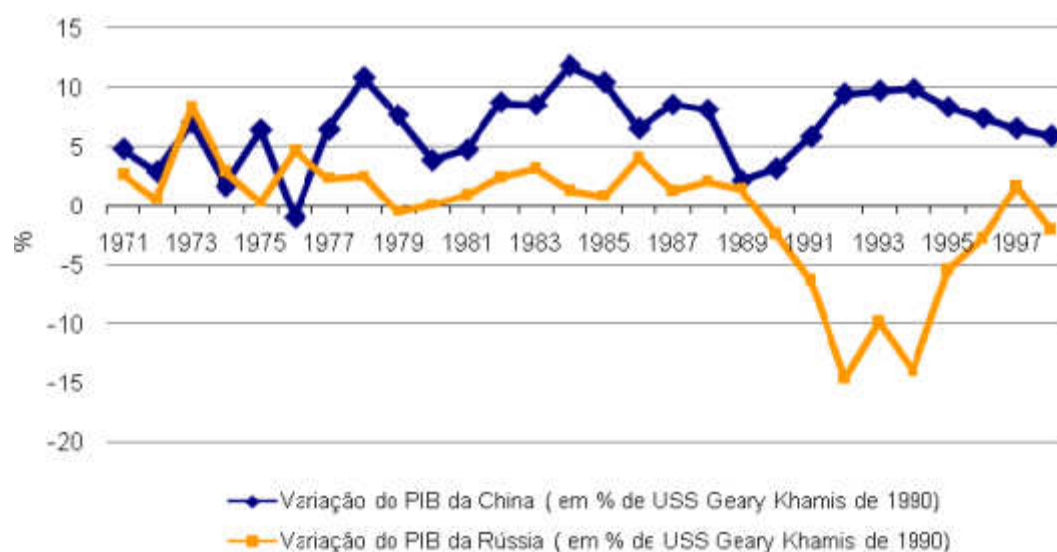


## 2. Capítulo 2: Mudanças político-econômicas na China e na União Soviética.

Dois fatos importantes ocorreram no século XX: O colapso da União Soviética e a ascensão econômica da China, que desde o pós-guerra eram contestadores do mundo liderado pelos EUA. Estes eventos resultaram em processos de reforma e de transição ao capitalismo, respectivamente, por Gorbatchev e Deng Xiaoping como destaca MEDEIROS (2008).

Observando as mudanças na Rússia de Gorbatchev na segunda metade dos anos 1980 e na China de Deng Xiaoping em 1979, são nítidas as diferenças. Como mostra a Figura 1, após a extinção da URSS, a Rússia sofreu uma contração de cerca de 50% de seu PIB ao longo dos anos 90, e se tornou uma economia baseada em exportação de petróleo e gás. Por outro lado, a China manteve seu crescimento ao redor de 10% ao ano, e passou de uma economia agrícola para uma industrial.

**Figura 1 - Evolução da variação do PIB da China e da Rússia – 1971 a 1998**



Fonte: Medeiros 2008.

Podemos destacar pelo lado Russo, dois enfoques principais para o declínio após a transição, o primeiro de caráter sistêmico e ideológico com o colapso da economia de comando e incapacidade de evoluir de um sistema baseado em insumos para um centrado em inovações tecnológicas. O segundo mais específico com fatores políticos internos e externos. Conspirações da elite na defesa de seus privilégios e a forte pressão dos EUA na Guerra Fria levando a um fardo muito alto do orçamento militar.

Pelo lado Chinês, podemos observar por outro ângulo que sua ascensão teve forte influência da “manipulação” nacional das superioridades intrínsecas e virtudes do capitalismo como máquina de crescimento, além do apoio dos EUA com a estratégia Nixon-Kissinger e posterior apoio de Reagan e a abertura ao mercado americano e seus investimentos.

É inegável que o planejamento, as empresas estatais, o monopólio estatal e a liderança de um Partido/Estado contribuíram para o crescimento da China, mas também foi um fator estratégico o apoio político dos EUA. Algo fundamental é que a China, ao contrário do Japão, Coreia do Sul e Taiwan, jamais abriu mão de sua estratégia de defesa autônoma, com capacidade militar nuclear independente e sua retórica anti-imperialista liderada pelo Partido/Estado. (MEDEIROS, 2008)

Um consenso é que a transição Chinesa foi gradual e liderada pelo Estado o que ajudou a manter taxas de crescimento pelo fato de manter uma simultaneidade entre o privado e o público. No caso Russo a ruptura foi radical o que destruiu processos de produção em uma velocidade superior a criação de novos. A Rússia tentou construir um “estado liberal autoritário” gerando uma catástrofe econômica e social, por outro lado, a China de Deng não rompeu nem com o Partido/Estado nem com a herança política deixada por Mao ainda que deste se distanciasse.

Um debate interessante mostrado em FERNANDES (2000) que é válido mostrar é sobre a “economia de comando” e a “planificação centralizada”, expoentes da escola Austríaca, Friedrich Von Hayek e Ludwig Von Mises argumentam que a substituição da economia de mercado pela planificação centralizada era inviável, já que eliminava o único mecanismo capaz de gerar informações sobre a escassez relativa de recursos na economia (a formação de preços no mercado) o que tornava impossível qualquer planejamento eficaz ou racional. A abolição da propriedade privada e a adoção do princípio do planejamento centralizado nos países do Leste Europeu gerariam necessariamente esbanjamento, ineficácia, desordem, estagnação e arbítrio.

O debate aumenta quando ocorrem os grandes sucessos dos planos de reconstrução e industrialização na URSS e nos demais integrantes do campo socialista no pós-guerra, levando ao enfraquecimento das teses sobre a inviabilidade da economia de comando. Dobb e Polanyi defendem o planejamento e observam que durante décadas o binômio socialista estatização/planejamento se mostrou mais eficaz do que o automatismo do mercado para promover a acelerada recuperação de atrasos produtivos

e tecnológicos. No entanto, este conjunto se mostrou incapaz de inaugurar e sustentar um novo ciclo de desenvolvimento intensivo, como o aumento da produtividade nas unidades instaladas, nestas condições as críticas de Hayek e Mises voltam a ter relevância. Não encontrando resposta para este dilema os regimes soviéticos perdem dinamismo econômico-social, além de político, e entram em colapso em 1989-1991.

### **2.1. As condições iniciais**

Para começarmos a comparar os processos de reforma é necessário analisar as condições iniciais, os pontos de partida econômicos e sociais das nações. A URSS em 1970 era fortemente industrializada e urbana, possuía um regime de pleno emprego, uma elevada proporção de profissionais qualificados, um padrão de consumo moderadamente diversificado e igualitarismo na distribuição de renda. A China era semi-industrializada, a maioria da população era ocupada na agricultura, possuía regime de pleno emprego, tinha reduzida participação de trabalhadores qualificados, baixa diversificação no padrão de consumo e grande nivelamento social.

Uma das maiores deficiências para o crescimento da União Soviética era a agricultura, este setor menos adaptado ao planejamento estatal e de mais lenta modernização, atrasou a aceleração industrial forçada e gerou forte movimento de importações (o que vemos acontecer na China no século XXI). Em 1970 a China possuía a maioria de sua população no campo e em vilarejos, muito por conta da Revolução Cultural (1966-76) que priorizou o deslocamento demográfico inverso, das cidades para o campo, já nos anos 80 as restrições ao deslocamento, motivadas por razões econômicas, foram relativamente afrouxadas e a produtividade agrícola aumentou. (MEDEIROS, 2008)

*“Voltamos frequentemente a cair ainda neste raciocínio: ‘o capitalismo é um mal, o socialismo é um bem’. Mas este raciocínio é um erro, porque esquece todo o conjunto de estruturas econômico-sociais existentes, abarcando apenas duas delas. O capitalismo é um mal em relação ao socialismo. O capitalismo é um bem em relação ao medievalismo, em relação à pequena produção, em relação ao burocratismo ligado à*

dispersão dos pequenos produtores. Uma vez que ainda não temos forças para realizar a passagem direta da pequena produção ao socialismo, o capitalismo é em certa medida inevitável, como o produto espontâneo da pequena produção e da troca, e, portanto devemos aproveitar o capitalismo (principalmente dirigindo-o para a via do capitalismo de Estado) como elo intermédio entre a pequena produção e o socialismo, como meio, via, processo ou método de elevação *das forças produtivas.*” Lênin 1979

A responsabilidade pelo emprego é empurrada para o governo. Isto dá às empresas capitalistas, sobretudo àquelas de maior grau de monopólio, maior capacidade de recuperação frente aos desafios tecnológicos, transferindo para o governo e para os trabalhadores, o custo maior do ajustamento. Uma economia de comando como a União Soviética diferia essencialmente de uma economia capitalista pela subordinação das empresas às metas estabelecidas para o conjunto integrado da economia e pelo compromisso público com o pleno emprego. (MEDEIROS, 2008)

Na China a questão assumia uma forma bem distinta devido a maior distância deste país com a fronteira tecnológica. A primeira mudança fundamental estabelecida com as reformas lideradas por Deng Xiaoping e difundida nos anos 80 foi a dissolução das comunas, conferindo maior autonomia às vilas e municípios e a introdução do “sistema de contrato de responsabilidade” na produção camponesa, criando um regime de incentivos para o aumento da produtividade agrícola. Nos anos 90, com a flexibilização da “lei de bronze dos salários” que estabelecia um regime de emprego vitalício nas empresas estatais, gerou um desemprego em massa, entretanto, devido ao forte crescimento industrial, este fluxo foi absorvido produtivamente, mas também com forte diferenciação de renda trabalho como veremos neste trabalho.

Em um sistema de planejamento central sendo a tomada de decisões vertical, a URSS no contexto de guerra despendeu muitos investimentos no setor militar, sendo com o tempo um fardo para seu desenvolvimento. É certo que este peso militar era muito maior do que o peso relativo militar na economia americana. A motivação inicial da Perestroica era exatamente a redução da despesa militar de forma a financiar os

investimentos em modernização tecnológica. Já o fardo militar Chinês tinha um peso bem menor em seu PNB.

As pressões externas na União Soviética eram fortes e foi um fator importante para o resultado de sua dissolução, além de ter impulsionado as reformas aceleradas. Do mesmo modo, a China, sobretudo no episódio de Tiananmen em 1989, mas também nas grandes tensões políticas dos anos 90, poderia ter sucumbido a avassaladora liberalização política e econômica que varreu a Europa Oriental e a URSS, abandonando sua estratégia econômica cautelosa. Para podermos analisar este período é necessário observar as estratégias e movimentos internos das duas nações.

## **2.2. Pressões internas e externas**

As condições políticas internas no momento da posse de Deng e Gorbachev foram bem distintas. A China fora sacudida pela Revolução Cultural entre 1966 e 1976, quando Deng, depois de ser expulso do Partido Comunista Chinês em 1966, assumiu em 1978 a liderança do partido.

No final dos anos 60, após a instabilidade na Europa Central estabeleceu-se na URSS o que se denominou de “doutrina Brezhnev”: a instabilidade num país socialista seria considerada uma instabilidade política para todo o campo socialista, justificando, deste modo a intervenção militar. Mas quanto mais distante do centro político mundial, o conflito trazia maiores incertezas aos movimentos políticos locais. (MEDEIROS, 2008)

A União Soviética apresentara maior estabilidade institucional até a escolha de Gorbachev. No sistema soviético, o sistema de planejamento incluía três dimensões: os ministérios, as unidades produtivas e entre eles as associações e aglomerações de unidades produtivas (Woodruff, 1999). O poder se exerce verticalmente com as instâncias políticas locais subordinando-se às nacionais. Nesta estrutura vertical, as empresas subordinavam-se às decisões de cima num processo de negociação e barganha entre metas e provisão de recursos. O sistema Gosplan, que era um comitê que gerenciava a cadeia de abastecimento substituindo a função do mercado, era considerado problemático. Com o enfraquecimento deste sistema nos anos de 1970, os interesses específicos das unidades produtivas pelo acesso preferencial à fonte de

matérias-primas passaram a proliferar. A busca de laços horizontais cresceu e surgiram muitas formas de mercado negro, escambo e a compra de facilidades.

A trajetória de abertura chinesa discrepou radicalmente da Russa, mesmo porque esta aprendeu e interpretou a estratégia soviética. Fatores como a manutenção do papel central do PCC e a condução da economia, pela introdução lenta de mecanismos de descentralização, pela manutenção da ideologia fundamental e subordinação dos interesses locais às decisões nacionais. A China pode estabelecer lições e parâmetros que auxiliaram na formulação de sua reforma, evitando problemas observados na URSS.

Um amplo plano de transformações conhecidas por Glasnost (transparência) e Perestroika (reestruturação), provocou mudanças ocorridas na URSS ao final dos anos 1980, com o advento da Perestroika e da Glasnost, Gorbachev visava submeter o governo ao controle popular e sair do rígido controle estatal, abrindo a iniciativa privada, que se irradiou para os demais países que compunham o bloco comunista. O ponto alto na política foi o fim do monopólio de poder do partido comunista soviético, que possibilitou o multipartidarismo e a instauração de eleições diretas para 1994. Um processo de reestruturação da economia, no qual os problemas como a ineficiência da produção agrícola e industrial, os excessivos gastos com a corrida armamentista, a estrutura política e econômica demasiadamente burocratizada, seriam atacados em prol do crescimento do país.

Se na Rússia Tsarista era a servidão o elemento comum entre as nacionalidades subordinadas política e militarmente à Moscou, agora era o socialismo o fator de aglutinação. A força ideológica e o poder militar eram à base da união nacional. No entanto, a Perestroika e a Glasnost atingiram essencialmente os militares e a sua concepção de guerra. Por este ser uma das bases da integração do território, a crise do Exército Vermelho acabou sendo um forte fator ao colapso do país, como afirma MEDEIROS (2008).

A história Chinesa possui pontos em comum com a Soviética como, por exemplo, a união nacional e militar na Segunda Guerra Mundial contra o expansionismo imperialista, no entanto abordando o centro e a periferia e a questão militar era bem

distinta. Desafiados tanto pelas civilizações da Ásia Interior Mongólia e Manchúria, quanto posteriormente pelo imperialismo ocidental e nipônico, o Império Chinês focou mais na defesa do poder central e a preservação de seu território. Seu império foi sacudido por inúmeras rebeliões as principais foram as de Taiping (1851-1864), a Revolta dos Boxers (1898-1901) - e invasões estrangeiras – guerra anglo-chinesa do ópio (1839-1842), anglo-francesa (1856-1860), francesa (1883- 1895), sino-japonesa (1894-1895), invasão imperialista (1898), japonesa (1905). (MEDEIROS, 2008)

A defesa da integração nacional, territorial e do poder central na China moderna contra os senhores da guerra, o separatismo e o controle estrangeiro sobre os portos chineses constituíram a bandeira central do nacionalismo. O poder era disputado pelo Partido Nacionalista (Guomindang) e o Partido Comunista (PCC), ambos anti-imperialistas, porém o primeiro sendo anticomunista forçando o PCC a refugiar-se nos campos e aldeias. A “longa marcha” (1934-1935) que inaugura a formação do exército de libertação popular (ELP) liderado por Mao, forma uma base territorial na periferia do poder nacionalista. Em 1931 o Japão conquistou a Manchúria e, em 1937, expandiu a invasão até Xangai levando o PCC a uma nova aliança com os nacionalistas na defesa do território. A partir de 1947, a revolução camponesa liderada por Mao só terminará com a expulsão dos nacionalistas para Taiwan e a proclamação, em 1949, da República Popular da China.

Assim, ao contrário da história russa, em que a união de vários países a favor de um sistema único que tinha as decisões administrativas centralizadas e fortemente sustentadas por um forte aparato militar em expansão, na China, a função primordial do exército era defender o território das invasões. É bom observar que o papel do Exército de Libertação Popular não foi reduzido, mesmo após a vitória de Mao, pois ainda existia a ameaça de ataque dos Estados Unidos num primeiro momento e da URSS desde a ruptura da aliança dos dois países nos anos 60. Além do separatismo e a fragmentação do poder central representada pela existência independente de Taiwan apoiada econômica e militarmente pelos EUA no contexto da guerra-fria.

Após a explosão da primeira bomba atômica russa em 1949, o conflito entre EUA e URSS cresceu resultando em uma corrida pelas armas tecnologicamente mais avançadas. Também foi a partir da Revolução de 1949, que a China afirmou-se como

adversário estratégico dos EUA na Ásia; entretanto, desde a sua ruptura com a União Soviética após o XX Congresso do PCUS e sobretudo no início dos 70, a política americana com o presidente Nixon e seu braço direito e assessor de Segurança Nacional Kissinger, vislumbrou neste conflito político entre URSS e China, a oportunidade de enfraquecer seu adversário principal, iniciando negociações estratégicas com a China.

O embargo e o boicote à União Soviética e aos seus aliados e o subsídio e o estímulo econômico e político aos seus inimigos e aliados dos EUA, definiram a política americana do pós-guerra. A guerra econômica, isto é, a utilização da política comercial e financeira para fins políticos definidos pela posição estratégica do país, passou a ser a forma essencial da política econômica americana e decisiva na Guerra Fria. (MEDEIROS, 2008)

Este foi um caso clássico de guerra econômica: o embargo da venda dos equipamentos que a URSS não possuía e necessitava para a construção do gasoduto reduzia a capacidade da economia soviética obter as divisas necessárias à compra de tecnologia sofisticada. Desse modo, a política do embargo, as pressões econômicas aos aliados, o controle à transferência de tecnologia, a suspensão do crédito e a política do petróleo caracterizaram a guerra econômica nos anos Reagan.

Este mesmo movimento americano de enfrentamento global a URSS incluía o apoio à China. Os EUA assinam um acordo de cooperação científica e tecnológica e anunciam o relaxamento da venda de armas para a China. Junto com a decisão de conferir o status de Nação mais favorecida, estas medidas constituíram as reações americanas iniciais.

### **2.3. As Estratégias de Reforma de Gorbatchev e Deng Xiaoping**

Em 1985, Mikhail Gorbatchev assumiu a secretaria geral do PCUS, seus objetivos iniciais em sua política de reestruturação (Perestroika) era reconstruir algo semelhante à reforma proposta por Lênin com a Nova Política Econômica (NEP), conferindo maior espaço para o mercado e para decisões descentralizadas.



A reforma buscava uma maior autonomia das empresas estatais no contexto do planejamento central em busca de maiores taxas de crescimento econômico, para tal era necessário estimular uma difusão mais rápida das novas tecnologias, elevar a eficiência produtiva, diversificar os padrões de consumo e criar novos estímulos à força de trabalho. Tais transformações visariam retomar taxas altas de crescimento econômico.

A ampliação dos investimentos em inovação esbarrava essencialmente com o peso do gasto militar. O fardo militar era percebido como o obstáculo fundamental à retomada dos investimentos e renovação tecnológica na economia, sem a qual a União Soviética ficaria muito atrás dos EUA. Como afirmou Ligatchev, um político influente da URSS, “a economia não conseguia respirar com um orçamento militar que comprimia 18 por cento da renda nacional”.(Ligatchev in Odom, 1998, p. 92 apud MEDEIROS, 2008)

Com a elevação do preço do petróleo nos anos 70, a URSS começou a exportar petróleo para o Ocidente e obter divisas necessárias à importação de alimentos e bens de capital. A partir dos novos preços decorrentes do choque do petróleo em 1979, a expectativa soviética era de expandir as exportações de petróleo e de gás, de forma a obter as divisas necessárias para a crescente demanda por importações de bens de capital. Conforme se observou, o boicote ao gasoduto soviético e a queda do preço do petróleo a partir de 1982 e, principalmente pós 1986, desarmaram esta possibilidade (MEDEIROS, 2008).

Gorbachev passou a considerar a partir de 1986 por consequência dos magros resultados no conjunto da economia, que a expansão dos investimentos e a modernização da economia requereriam um conjunto de reformas descentralizadoras e, em particular uma maior autonomia das empresas estatais. Em 1987 promulgou novas leis, conferindo autonomia das empresas na fixação dos salários, na elevação dos preços e nas compras de insumos. Estas passaram a reter uma maior parcela dos lucros, reduzindo a transferência para o governo central, mas ao invés de aumentarem os investimentos, as empresas elevaram os salários especialmente dos gerentes e ampliaram os estoques especulativos.

Por conta da necessidade de modificar a questão militar e a guerra, Gorbachev focava seus esforços aos líderes externos. O ponto central e que deu partida ao processo de mudança foi a decisão de Gorbachev de encerrar a corrida armamentista. Com o Programa de **Iniciativa Estratégica de Defesa (SDI)** os soviéticos tiveram um intenso esforço militar e o governo chegou à percepção de que a redução do conjunto dos gastos militares era condição não apenas para a modernização tecnológica civil, mas também para as novas tecnologias militares. A revisão da doutrina militar era inevitável, redução global de armas e tropas que levaria a uma nova proposição, uma doutrina defensiva.

Em 1988, nas Nações Unidas, Gorbachev anunciou uma redução unilateral das forças soviéticas e simultaneamente acelerou a abertura política de forma a ampliar os aliados ao seu processo de reforma. Inicia-se então uma estratégia política voltada a ampliar apoio na sociedade soviética, sobretudo entre os intelectuais, aos esforços do governo a favor da desmilitarização, redução das armas nucleares, redução das forças armadas, retirada das tropas da Europa e redução do peso econômico e da importância política do complexo industrial militar, esta estrutura era fortalecida e defendida, e assim começa a glasnost.

A glasnost levou civis, intelectuais, ex-militares a uma discussão pública sobre a política de defesa, aumentando as pressões para o desarmamento, redução do orçamento militar, retorno das tropas. Com o declínio do prestígio do exército, as resistências políticas ao aprofundamento da Perestroika e da glasnost foram enfraquecidas.

Muitos teóricos consideram que o exército soviético constituía a instituição mais importante para a manutenção da união das nacionalidades e forma essencial para a subordinação das repúblicas não russas. Após a queda o Muro de Berlin em 1989 ocorre à extinção da União Soviética em 1991. A doutrina Brezhnev que era uma doutrina defensora acima de tudo da união entre os países e partidos socialistas com alinhamento a Moscou, com licença para intervir política e militarmente em qualquer país, foi descartada por Gorbachev. A estrutura do poder soviético era essencialmente militar e com o seu enfraquecimento, o colapso da União Soviética era iminente.

Gorbatchev sempre enalteceu que as reformas encontravam seus principais obstáculos políticos entre os conservadores do partido. Com o declínio do poder da hierarquia centralizada do PC e com a criação de um Partido Comunista da Rússia separado da União, as forças políticas nacionalistas lideradas por Boris Yeltsin - o líder do Partido em Moscou - implodiram a unidade das repúblicas e levaram a dissolução do país.

Em 1990, Yeltsin foi eleito o primeiro ministro da República Soviética Federada Socialista Russa, desligou-se do PCUS e anunciou que a resistência à Perestroika será combatida com mobilização popular. Em março de 1991, a autonomia das repúblicas foi aprovada em referendo, a Lituânia declarou sua independência e em seguida o Turquistão, o Cazaquistão, a Ucrânia, num movimento que se estendeu às demais repúblicas, também declararam independência.

Estas foram às condições iniciais de desmontagem do poder político e do funcionamento da economia, que se instituiu um sistema político pluralista e optou-se por uma estratégia de transição radical ao capitalismo adotada na Rússia ao longo dos anos 90, bem diferente das condições do processo de reforma Chinesa, que é dito por muitos como “de características Chinesas”.

*“Economia Planejada não é a mesma coisa que socialismo, porque capitalismo também tem planejamento. Por outro lado, economia de mercado não é igual a capitalismo, porque o socialismo também tem um mercado. Tanto o planejamento como o mercado são instrumentos da economia.” Deng Xiaoping - 14º National People’s Congress 1992*

Em 1978 quando Deng plenamente assumiu o poder na China, ele implementou o programa de reformas e buscou equilibrar o PCC sacudido pela Revolução Cultural.

“A estratégia que Deng perseguia ao longo dos anos 80 era modernizar a economia em quatro pilares: agricultura, indústria, tecnologia e o exército, além de ao mesmo tempo preservar a unidade nacional e as instituições políticas

assentadas no monopólio do poder do PCC e do seu controle sobre o Exército de Libertação Popular. O objetivo explícito era quadruplicar em 20 anos o produto per capita”. (MEDEIROS, 2008)

A despeito de suas ambiguidades, a estratégia de abertura externa e de modernização capitalista liderada por Deng sempre foi apresentada no plano político como inteiramente oposta à “transição pacífica”, esta jamais deixou de ser uma estratégia de manutenção do monopólio do poder político do PCC. Este processo associado às reformas no leste europeu e na antiga URSS nos anos 70 levaria, na perspectiva chinesa, ao colapso do socialismo.

O ponto essencial que explica o gradualismo e o controle da economia é a força do estado chinês que entrou unido numa estratégia econômica tendo o exército e o partido como base de sustentação. Para assumir os compromissos das reformas, a economia chinesa teria que seguir as premissas do Estado, para tal era necessário que as regiões ricas do sudeste da China aumentassem as transferências para o governo central e este financiasse as modernizações. O grande temor do PCC era que as regiões ricas se rebelassem e iniciassem um movimento separatista.

O processo Chinês foi gradual e com controle do Estado, dito por muitos com características Chinesas, mesmo com este rigor ficou famoso o conflito na Praça de Tiananmen em 1989. As reformas de Deng sofreram pressões de muitos lados, protestos sobre liberdade de imprensa, fim da corrupção, da inflação, Deng usou da força militar para interromper os movimentos de protesto, estes movimentos desafiaram gravemente a estratégia de abertura. O contexto mundial inclinava para a crise ideológica do Socialismo em vários países do leste Europeu, nesta mesma década de pressões liberalizantes cai o muro de Berlin.

Mesmo com muita contestação Deng teve uma leitura diferente e bastante sutil e cautelosa dos acontecimentos. A extinção da União Soviética eliminou imediatamente o status político da China como “terceiro pólo”, tornando o seu progresso econômico o único caminho para a expansão de seu status político internacional. Por outro lado passou a considerar que agora, com o surgimento da Rússia abriu-se um inédito espaço

para a maior expansão da influência política e militar da China na Ásia. A guerra do golfo, por sua vez, havia demonstrado o atraso chinês tanto de suas armas quanto da doutrina militar prevalecente. A conclusão que Deng retirou dos acontecimentos era a de que só uma economia rica poderia ter um exército forte e capaz de se defender na guerra moderna. A modernização do exército, uma das quatro modernizações estabelecidas em 1978, agora é tarefa urgente.

Portanto, a extinção da União Soviética foi assim um fator catalisador para a reorganização de uma estratégia de abertura controlada e experimental em que os mecanismos de mercado foram sistematicamente introduzidos na China sem romper por dentro as estruturas de poder. Exatamente o oposto do que se passou na União Soviética.

Apesar das grandes diferenças tecnológicas e de grau de industrialização entre a URSS e a China, a ruptura e o colapso do primeiro e a continuidade e o sucesso do segundo, deveram-se à coalizão do poder político, à concepção estratégica e à forma como a liderança reformista construiu politicamente e administrou os conflitos do processo de mudança. O quadro abaixo retirado de Medeiros 2008 sumariza as diferenças.

<b>Tabela I: Transição numa Perspectiva Comparada</b>		
	Gorbatchev	Deng-Xiaoping
Condições Iniciais	Economia de planejamento central industrializada e diversificada com subsistema comercial especializado e integrado entre estados nacionais e regiões. Unificação política e militar realizada pelo PCUS.	Economia de planejamento central semi-industrializada. Unificação política e militar realizada pelo PCC.
Desafio Político Externo/Percepção das Oportunidades	Enfrentamento da corrida armamentista, da derrota no Afeganistão e da ruptura política no leste europeu. Busca de nova política de desarmamento reduzindo o “fardo militar”.	Afirmação da China soberana Aproveitamento inicial do conflito EUA/URSS e, com a extinção da URSS e a Guerra do Golfo, a busca de novo papel na Ásia.
Desafio Interno/Percepção das oportunidades	Retomar o crescimento através de gastos públicos não militares e reforma das empresas visando maior inovação, incentivos e disciplina e combate a corrupção.	Acelerar o crescimento econômico e modernizar a economia pela cópia de técnicas com destaque para as grandes EE.

Estratégia de Mudança e Reestruturação	Estratégia focada na redução dos gastos militares e reforma das empresas estatais.	Modernização controlada focada em setores e regiões, expansão dos gastos militares com liberalização progressiva.
Aliança Interna/Coalizão de Poder	Envolvimento de setores civis, intelectuais e opinião pública externa, isolamento do PC e da cúpula do EV.	Manutenção do monopólio do PCC e aliança com os militares.
Ideologia	Ruptura com a “luta de classe internacional” como estratégia militar e valores democráticos ocidentais.	A retórica dos “4 princípios cardeais” e da estratégia militar contra o imperialismo.

Fonte: Medeiros 2008.

O pensamento comunista de Mao não morreu com as reformas de 1978 na China, no entanto, sofreram mudanças de natureza e funções fundamentais. Uma conclusão do PCC é que a ideologia não estagnou durante este período, este é o grande motivo que o PCC observa no colapso da União Soviética, rígido, desconectado da realidade, imutável. Assim sendo não era simples justificar as mudanças atuais com referências em Marx, Engels, Lênin, Stalin e Mao. Novos conceitos precisavam ser construídos, mesmo baseados em estrangeiros, mas com respeito às condições locais, chegando a um pensamento com “características Chinesas”.

### **3. Capítulo 3- Deng Xiaoping e as transformações da Economia Chinesa**

Com a posse de Deng Xiaoping em 1978, é colocada em prática as reformas conhecidas como “Quatro Modernizações”, sendo elas agricultura, indústria, comércio e ciência e tecnologia. Este período foi de grandes transformações para a China, além desta abertura destaca-se a abertura comercial, levando em conta que o país se protegeu com a desvalorização do Yuan e restrições ao comércio externo e a abertura financeira, com forte controle de capitais, altos investimentos diretos estrangeiros, acúmulo de reserva e baixo nível de endividamento externo.

O sucesso da reforma Chinesa aparece como resultado tanto de fatores externos, como a mudança política americana em relação á China, como de fatores internos, como a execução com sucesso das reformas. Dentro dos objetivos da reforma, estavam mudanças na utilização da terra e o aumento das exportações com o destaque das Zonas Econômicas Especiais (ZEE). Este capítulo tem por objetivo mostrar a evolução histórica da questão agrária e mudanças na economia chinesa com a abertura comercial, comparando visões de autores específicos e chegando a conclusões sobre os impactos na sociedade e na nova ordem mundial.

### 3.1. A Política agrária de Mao Tse-Tung

A distribuição da terra na China sempre teve muita relação com as batalhas enfrentadas ao longo dos séculos, o domínio da China sempre esteve em disputa sendo internas com o Partido Nacional do Povo – Guomindang e o Partido Comunista da China ou externas com as grandes potências imperialistas como Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, França, Itália, Rússia e Japão. A situação fundiária chinesa que a Revolução Socialista de 1949 encontrou era de enorme concentração como explica o sociólogo chinês Li Chau-Tsi<sup>1</sup>:

“Em geral pode-se caracterizar do seguinte modo a antiga propriedade territorial da China: os grandes proprietários territoriais e os camponeses ricos, que constituíam menos de 10% da população rural, possuíam cerca de 70 a 80% da terra, da qual eles se utilizavam para explorar barbaramente os camponeses. Quanto aos camponeses pobres, trabalhadores agrícolas, camponeses médios e outros que constituíam 90% da população rural, não possuíam mais de 20 a 30% da terra.” (apud VELOSO 2010).

Estes números fortalecem o fato diferencial da Revolução Chinesa onde os atores principais eram o campesinato e não os proletários de Marx e Lênin. Após o Partido comunista ter tomado o poder político em todo o país, excluindo Taiwan, rapidamente foi colocado em prática uma política da reforma agrária. De acordo com Dang Guoying durante o período 1950-52, 300 milhões de camponeses receberam 730 milhões de metros quadrados de terra (Chinese Academy of Social Sciences, 1992).

---

<sup>1</sup> CHAU-TSI, Li. A Reforma Agrária na China. *Revista Mensal de Cultura Política* nº 30 – Outubro de 1950.



Como afirma OLIVEIRA (2005, p. 4),

“a Revolução varre do solo chinês as forças responsáveis pelo atraso, pela paralisia e pelas tendências desagregadoras do país. São eliminados os restos das antigas burocracias civis e militares que sobreviveram à queda do império, os proprietários de terras parasitários que viviam de rendas e as camadas burguesas ligadas ao comércio exterior, criadas com a ocupação de regiões do país por potências estrangeiras.”

A Lei de Reforma Agrária da República Popular da China adotada pelo Conselho do Governo Popular Central em 28 de junho de 1950 afirma em seu art. 1º, Seção I – Disposições Gerais<sup>2</sup>:

“O sistema de propriedade e de exploração feudal da terra pela classe latifundiária será abolido, sendo instituído o sistema de posse da terra pelos camponeses a fim de libertar as forças produtivas rurais, desenvolver a produção agrícola e preparar o caminho para a industrialização da nova China.” (apud VELOSO 2010)

A agricultura passou por uma reforma agrária radical, eliminando os grandes proprietários e a agricultura familiar, e organizando os camponeses em comunas agrícolas. O controle da economia foi centralizado, seguindo o modelo soviético, com empresas estatizadas e planos quinquenais. Nas duas décadas que se seguiram à revolução, o governo buscou a descentralização industrial e a convergência da renda entre as regiões.

O sistema de distribuição de terras passou por diversas mudanças, organizadas em períodos bem característicos. No início, o Partido Comunista implantou o sistema de agricultura familiar de pequena escala. A partir de 1950, os camponeses começaram a se

---

<sup>2</sup> Lei de Reforma Agrária da República Popular da China. *Revista Mensal de Cultura Política* nº 30 – Outubro de 1950.

unir em cooperativas, pois viram que a produção poderia ganhar em escala se os pequenos proprietários juntassem suas forças produtivas na operacionalização da agricultura.

No período chamado de “Plano dos Primeiros Cinco Anos”, de 1953 a 1957, o governo, pressionado pela necessidade de aumentar a produção agrícola para atender à demanda industrial e urbana, exercia completo controle sobre a produção, estabelecendo metas em cotas e preços fixos.

Movido pelo acelerado crescimento e preocupação quanto ao fim da ideologia burguesa o Governo cria o "Movimento das Comunas Populares", em 1958, encarnaram concretamente essa linha durante o período de transformação do sistema econômico rural. Neste sistema econômico chamado de “propriedade coletiva”, Dang Guoying destaca algumas características:

1) A terra e outros meios principais de produção foram passados para a comunidade, os habitantes do coletivo, mas o direito de membros da comunidade de abster-se era extremamente restringido: a propriedade comum não retornava ao membro da comunidade em recursos.

2) Antes de 1978, a comunidade incluía apenas uma ou algumas vilas naturais. A propriedade e os produtos entre as comunidades não podiam ser alocados ou transferidos sem pagamento.

3) Os produtos da produção agrícola cooperativa eram distribuídos de acordo com a quantidade de trabalho dos membros da comunidade e os seus familiares. Entretanto, as contribuições em trabalho dos membros da comunidade na produção coletiva eram muito difíceis de ser supervisionadas e contabilizadas, dessa forma levando ao fenômeno de "empurrar o trabalho com a barriga", que geralmente existe na produção cooperativa. Essa era uma das grandes razões por que a produtividade das cooperativas era baixa.

4) Depois que o grão produzido pela cooperativa era distribuído para atender às necessidades dos membros da comunidade, o excedente era todo comprado pelo Estado. Além disso, a cooperativa deveria dar o "grão público", um meio pelo qual o Estado coletava um imposto de renda da cooperativa.

Esse sistema foi considerado pouco eficiente por vários motivos, um deles seria o fato das diferenças de produtividades entre as terras, levando a diferenças de renda sendo que o camponês não poderia mudar de terra. Assim o padrão de vida dos coletivos com boas condições naturais era superior à média.

De acordo com a implicação básica de propriedade pública, todos são sem propriedade e a propriedade pertence a todos. Nesse coletivo, a parcela do interesse de cada um é igual, mas os fatos não são assim. Nos anos das comunas populares, a China proveu quadros com diferente direito de usufruir a oferta de bens de consumo de acordo com sua posição. Isso era estipulado por escrito.

A partir de 58 acontece o Grande Salto Adiante, a proposta era descentralizar parte das decisões do governo, fortalecendo as comunas agrícolas, ao mesmo tempo em que a produção industrial ganharia maior atenção. As comunas deveriam produzir, distribuir e cuidar das infraestruturas regionais, além de enviar excedentes à cidade (SPENCE, 1996). Apresentado como um novo passo em direção ao comunismo acabou levando à produção e a produtividade despencar além de eventos da natureza, como secas e inundações, contribuírem para a pior crise de fome que o mundo já viu.

Como OURIQUES e ANDRADE (2010) abordam Mao Tse-Tung revitalizou o governo e recuperou o seu prestígio, organizando a Grande Revolução Cultural do Proletariado (conhecida como Revolução Cultural), que aconteceu entre 1966 e 1968. Neste período o setor industrial foi em boa parte realocado para regiões interioranas. A principal razão para esta realocação parece ter sido estratégica. Uma vez que a China previa um eventual conflito militar com os EUA ou outros países do ocidente, interiorizar a produção era uma maneira de evitar uma fragilidade.

Os anos 1970 foram marcados por um aumento das propostas liberalizantes a China entra para a ONU em 1970 em 1975 é anunciado o plano denominado das “quatro modernizações”, mas apenas após a morte de Mao, em 1976, é que a liberalização se torna uma política econômica.

Somente na década de 80 ocorreu mudança significativa, teve início a descoletivização das unidades de produção e as comunas foram sendo substituídas,

gradualmente, pelo Sistema de Contrato de Responsabilidade Familiar de Produção. O Governo garantia aos camponeses um contrato de uso da terra durante 15 anos.

Neste sistema, a propriedade da terra ainda era das comunas, mas o direito de uso e o poder de decisão sobre a produção eram das famílias, individualmente. As famílias se comprometiam a atingir determinadas demandas de cotas em grãos ou dinheiro, baseadas na quantidade de terras alocadas.

Deng Xiaoping em 1982, no discurso de abertura do XX Congresso do Partido Comunista da China, afirmou:

[...] “na revolução e na construção nos devemos aprender com os países estrangeiros e pensar a partir da experiência deles. Entretanto, aplicar mecanicamente um modelo externo ou copiar a experiência de outro país nos irá levar a lugar nenhum”.

[...] “Nós precisamos integrar as verdades do marxismo com as realidades concretas da China, construindo um socialismo com características chinesas – esta é a conclusão que chegamos após rever nossa *longa história*”.

### 3.2. Agricultura Chinesa a partir dos anos 80

Durante o governo de Deng Xiaoping entre 1978 e 1992, a China sofreu profundas transformações em sua estrutura como nação. Uma grande reestruturação em vários setores como, por exemplo, agricultura, indústria, forças armadas, ciência e tecnologia e com maior destaque e repercussão a abertura do comércio e as portas aos investimentos internacionais. Essa nova conjuntura interna é radical comparado com os anos anteriores onde prevalecia os ideais singulares do comunismo de Mao Tse-tung de um Estado direcionador, um povo forte e um modelo nacional.

De acordo com Paul Watslawick “as reformas de Deng não representaram abandono do socialismo pelo capitalismo. Houve um afastamento, ainda não concluído, da economia centralmente planejada da era maoísta em prol do desenvolvimento de uma economia articulada às leis de mercado”. A abertura da economia pretendia também recuperar administrativamente e politicamente Hong Kong, Macau e Taiwan, de acordo com o modelo “Uma nação, dois modelos”. (ARRIGHI, 2008)

A relação de uma visão de longo prazo herdada do período Maoísta com a idéia das decisões nacionais, mesclado com um mercado que acompanha as transformações tecnológicas faz da China um país único no mundo. No entanto para esta mudança Deng procurou absorver as lições dos países vizinhos, que haviam adquirido relevo como os "Tigres Asiáticos", sob a direção de Estados ditos desenvolvimentistas.

O Japão e os Tigres asiáticos (Coréia do sul, Taiwan, Hong Kong, Singapura), tiveram um forte crescimento especialmente pelo investimento direcionado das autoridades nos setores industriais estratégicos.



Formação de Gansos

De acordo com Hung (2008), a rede de produção tinha como centro o Japão e os países exportadores asiáticos ocupavam diferentes espaços na cadeia de valor. O Japão se especializou em produtos com alto valor agregado, os tigres em médio valor agregado e os tigres do sudeste/emergentes em

intensivos em trabalho, esse famoso estilo conhecido como formação de gansos gerou uma rede de produtores que atendem os consumidores dos países centrais.

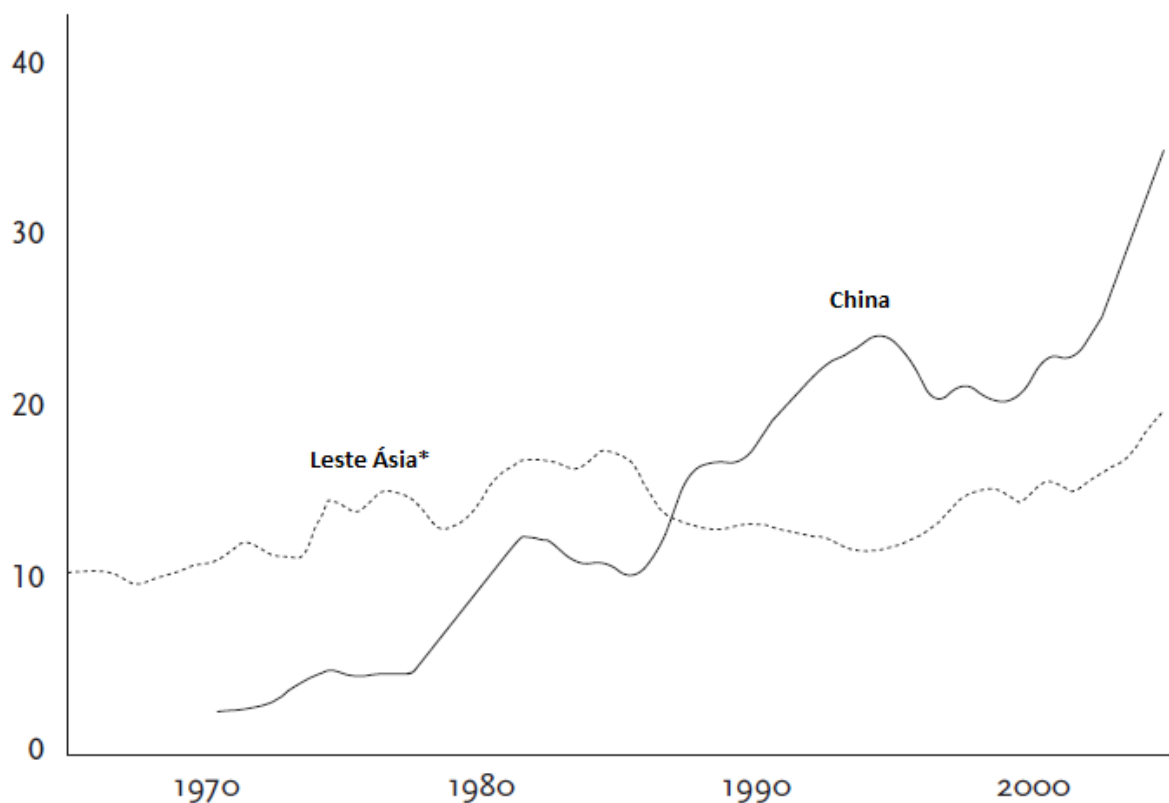
Neste contexto, pesava muito o panorama da Guerra Fria, beneficiando esses países por conta das contribuições econômicas dos EUA, que os considerava estratégicos (“too important too fail”) o Japão e os tigres na guerra contra o comunismo. Isto levou os EUA a investirem forte militarmente e economicamente abrindo seus mercados aos produtos deles. O que contribuiu posteriormente para o desenvolvimento de suas economias, mesmo não sendo a intenção dos EUA.

Fica clara a dependência comercial dos países asiáticos. Ao fim da guerra fria, os tigres ao invés de tentarem acabar com a hegemonia dos EUA, decidiram financiar a sua dívida contraída na fase de rivalidade intensa com a URSS. O mercado interno sempre foi fraco nos países asiáticos deixando uma dependência com o Norte. Como investimento mais seguro, a maioria dos países asiáticos investia seus dólares nos títulos do tesouro americano (low-yield), se tornando nos maiores credores dos EUA. Este processo foi mútuo enquanto a Ásia colocava seu excedente nos EUA, este importava os produtos asiáticos, aumentando a interdependência da Ásia com os EUA. (MARIUTTI, 2011)

A RPC (República Popular da China) entre as décadas de 80 e 90 vem como um tigre atrasado, mas era avistada como diferente por conta de sua grandeza territorial, populacional, política e econômica. Porém, como esclarece Hung (2008, p.7) a China não é um ganso, porque produz simples e sofisticados bens, não trabalha em formação em conjunto. Para os países asiáticos, sua formação agora é voltada para o sinocentrismo, ou seja, um sistema o qual coloca a China como o centro de decisões da Ásia, onde os tigres fornecem as partes necessárias para a indústria chinesa.

O modelo Chinês como se pode observar na Figura 1 alcançou um nível de comércio externo nunca alcançado por algum outro país na Ásia. Este novo patamar demonstra um grau alto de dependência com o comércio internacional, cerca de 40% do PIB em 2000 são em função de exportações, sendo os EUA o principal parceiro. Com o consumo interno Chinês em queda apontando em 65% do PIB em 1970 e 40% em 2000, a China amarra sua economia a economia internacional e a demanda norte-americana, ficando suscetível a possível flutuação.

Figura 2 – Participação das Exportações no PIB, Leste Asiático e China  
(1965 – 2004)



Fonte: Banco Mundial e Banco de Dados Econômicos de Taiwan – AREMOS, apud HUNG (2008,p.8)

\*Leste Ásia: Representa a média de Japão, Coreia do Sul e Taiwan e exclui Hong Kong e Singapura.

Contudo, a China depende da demanda dos EUA e UE principalmente, o que fragiliza toda a Ásia como vimos na crise do sub-prime em 2008. Atualmente, parece que a principal lição que a China deveria ter aprendido dos tigres asiáticos não foi concluída, pois o canal de dependência da Ásia com os EUA esta ainda maior. A China tende a continuar liderando os países asiáticos e servindo os EUA, a menos que haja um realinhamento político que mude o equilíbrio de poder entre elite urbana do litoral com o interesse dos representantes agrários. (HUNG, 2008, p. 25).

As reformas de Deng Xiaoping levaram o país a muitas peculiaridades no século XXI, porém para entendermos melhor a dinâmica adquirida pela economia em ascensão chinesa, devemos observar as repercussões políticas e sociais ocorridas durante as quase duas décadas de Deng.

O que se destaca durante o comando de Deng, são os investimentos não equilibrados. O estado direcionou seu foco em diferentes áreas ao longo dos anos 80 e 90. Huang (2008) aborda este período classificando a década de 80 como um modelo

empresarial rural, onde a China seguia fortemente as idéias políticas de Zhao Ziyang, um liberal simpático ao setor rural, onde o mercado interno e a agricultura cresceram durante o período e as reformas liberais abriram o campo para a iniciativa privada. Porém a tendência liberal dos 80 congela com o conflito de Tiananmen, conhecido também como Protesto na Praça da Paz Celestial em 1989, provocando a queda de Ziyang, esta tendência liberal retomaria sua força somente em 1992 com o “Southern Tour” de Deng. O controle da Política econômica foi assumido por uma nova equipe liderada por Jiang Zemin e Zhu Rongji, tecnocratas simpáticos ao setor urbano. Assumiram uma postura negligente aos empresários rurais e favoreceram projetos de alta tecnologia, capital e intensivos em energia resultando no “boom” urbano. (ANDREAS,2010, p. 65)

A economia da China cresceu rapidamente durante os anos 1980 e 1990, a distribuição foi mais equitativa nos termos do modelo empresarial rural do que no modelo do estado-urbano. Na década de 1980 como reforça Andreas (2010, p. 66), a renda pessoal cresceu mais rapidamente que o PIB e a renda rural cresceu mais rapidamente do que a renda urbana. Não foram só essas tendências revertidas na década de 1990, mas os cuidados médicos e educação tornaram-se cada vez mais inacessíveis à população rural, levando a um declínio na alfabetização rural e índices de saúde.

Por que as empresas rurais na China cresceram tanto na década de 80, mas na década de 90 perderam a força? O setor agrário Chinês é de extrema importância para entendimento da estrutura socioeconômica do país. É importante frisar que as pequenas empresas rurais floresceram na década de 1980 não porque o Estado saiu do caminho, mas sim porque interveio na economia de uma forma pesada, a fim de evitar o desenvolvimento de grandes empresas privadas (ANDREAS, 2010, p. 65).

No início dos anos da era pós-Mao, o Partido Comunista Chinês foi determinante para prevenir o desenvolvimento de um setor capitalista, que consideravam como uma ameaça política potencial. Isso permitiu as famílias rurais a participar em pequenas atividades empresariais e prosseguiu os incentivos das empresas coletivas em vilarejos e pequenas cidades. Com a abertura dos mercados de commodities ambos foram beneficiados, mas seu sucesso foi devido em grande medida pela proteção do governo.



Segundo Joel Andreas (2010) o Estado criou e manteve um ambiente no qual as empresas familiares e coletivas poderiam operar sem enfrentar a concorrência das grandes empresas capitalistas. Essa proteção levou seis formas principais:

1. A reforma agrária e a coletivização rural, realizada no início da era comunista, tinham eliminado a aristocracia rural e posteriormente dividido as terras em partes iguais entre as famílias rurais. O campo tinha sido liberto e quando os mercados se abriram no início de 1980, houve muito espaço para a entrada de pequenos empreendedores rurais.
2. O PCC tinha suprimido o desenvolvimento de novas empresas capitalistas. Famílias foram autorizadas a exercer a sua atividade, mas poderiam juridicamente empregar no máximo sete pessoas (preferencialmente familiares). Esta restrição foi mudada somente depois de 1987.
3. Limites rígidos sobre a venda e o arrendamento de terras inibiram a concentração fundiária e, portanto, o desenvolvimento de maiores empresas privadas.
4. Acordo com empresas estrangeiras era incentivado, contudo o investimento direto estrangeiro foi severamente restringido.
5. O mercado interno permaneceu muito protegido da concorrência dos produtos importados.
6. As famílias rurais e empreendimentos coletivos dispunham de um monopólio sobre a contratação de trabalhadores rurais com baixo custo (que era subsidiada pela agricultura de subsistência). Empresas urbanas estatais foram obrigadas a dar emprego permanente e generosos benefícios aos seus trabalhadores em exercício, e o emprego de trabalhadores temporários era restrita. Isso deu a pequena empresa rural vantagem em setores de trabalho- intensivo, e muitos beneficiaram relações de subcontratação com empresas estatais.

De acordo com Andreas fica evidente a proteção do Estado à agricultura, a reforma agrária abriu as portas para os negócios familiares que cresceram muito durante a década de 80. Mas a despeito disso, Huang Yasheng (2008) apresenta uma tese oposta.

Em seu julgamento as empresas familiares foram as responsáveis pelo boom agrícola da década a despeito da intervenção estatal isto é, principalmente por operarem em um contexto mais aberto, e, portanto, menos hostil ao empreendedorismo

(supostamente) típico dos pequenos empresários. Andreas contra-argumenta que mesmo com este boom das empresas familiares elas não poderiam dispor de muitos trabalhadores legalmente, no máximo sete membros, e, portanto a maior contribuição para o avanço da agricultura eram as empresas coletivas que eram menores na quantidade, porém maiores no número de trabalhadores, em média trinta trabalhadores. Com isso a participação das empresas familiares não chegava a alcançar 10% dos trabalhadores empregados no setor.

Segundo Arrighi (2008) as reformas de Deng visaram primeiramente o mercado interno e a agricultura, entre 1978 e 1983 ocorreu à introdução do sistema de Responsabilidade Familiar, que retirou das comunas a responsabilidade das decisões e do controle do excedente agrícola e devolveu-a as famílias rurais. Juntamente com o contexto externo de alta dos preços dos produtos agrícolas, a produtividade e o lucro rural cresceram expressivamente. Isto acarretou no aumento substancial do empreendedorismo familiar na agricultura. Com barreiras institucionais contra a mobilidade espacial, o governo encorajou a mão de obra rural a “sair da terra sem sair da aldeia”. No entanto, em 1983, os habitantes rurais receberam permissão de buscar mercados para seus produtos em outras aldeias, com isso ocorreu uma flexibilização dos regulamentos, que favoreceu o surgimento das Empresas de Aldeias e de Municípios (EAMs) de propriedade coletiva.

Com as EAMs (Empresas de Aldeias e de Municípios), a partir de 1984, os trabalhadores podiam trabalhar em cidades vizinhas, fazendo negócios em outras aldeias, dinamizando as condições rurais. O desenvolvimento das EAMs “foi muito além das nossas expectativas”, como diz Deng em 1993. Entre 1995 e 2004 as EAMs empregavam duas vezes mais trabalhadores do que todas as empresas urbanas estrangeiras, privadas, e de propriedade conjunta somada. Elas articulavam a realocação do excedente agrícola para a realização de atividades industriais com uso intensivo de mão de obra. O governo regulou as EAMs sendo que mais da metade dos lucros delas tinha que ser reinvestido nelas, a fim de modernizar e expandir a produção e aumentar verbas para assistência social, infraestrutura agrícola, serviços tecnológicos, previdência e investimentos em novas empresas.

As EAMs foram importantes para o desenvolvimento chinês, por conta que orientou o uso de mão de obra intensiva absorvendo trabalhadores rurais, criando renda no campo não aumentando maciçamente a migração para áreas urbanas. A competição com as EAMs levou a muitas empresas estatais e urbanas a melhorar seu desempenho.

Foram fonte importante de receita tributária rural. Ao reinvestir localmente os lucros, criaram novos empregos, investimentos e divisão de trabalho.

Joel Andreas (2010) destaca que a década de prosperidade do crescimento agrário Chinês termina em 1989, com a repressão política que se seguiu os protestos de Tiananmen, que foi acompanhada por um breve recuo de liberalização econômica. Entre 1989 e 1991, todos os tipos de empresas sentiram o impacto da política monetária mais apertada (imposta para conter a inflação, visto como um fator que impulsionou os protestos de Tiananmen), e havia novos esforços para restringir a maior empresa privada (que só recentemente foi legalizada).

Nos anos 80 a política monetária era frouxa e o crédito era fácil. Porém no aperto monetário no começo da década de 90, o crédito ficou mais difícil tanto para empresas rurais como urbanas. Os bancos estatais operavam como bancos comerciais, somente davam crédito para clientes que mostrassem garantias, com isso somente empresas fortes adquiriam créditos. Com o sistema competitivo instaurado nos anos 90, proprietários rurais não conseguiam pagar suas dívidas, com isso os créditos ficaram mais escassos e o sistema rural entrou em colapso.

### **3.3. Urbanização e liberalização nos anos 90**

A partir dos anos 90, a diferença mais importante segundo Andreas (2008) foi que o PCC começou a promover empresas capitalistas de grande escala. A fim de competir nos mercados globais, Deng Xiaoping decidiu que a China teria de desenvolver grandes empresas que operavam nos princípios capitalistas.

Após o conhecido Southern Tour de Deng em 1992, onde ele admirou a eficiência das empresas orientadas a exportação que utilizavam capital externo, o Estado além de eliminar as barreiras institucionais, incentivou o desenvolvimento de grandes empresas privadas, nacionais e domésticas. Além disso, em 1994 a nova Lei de Empresas entrou em vigor, nela constavam as novas diretrizes do sistema Chinês a fim de satisfazer as necessidades de criação de um sistema empresarial moderno, padronizando a organização e as atividades das empresas, para proteger os seus direitos legais e interesses delas, acionistas e credores e manter a ordem social e econômica.

Juntamente com a lei de empresas ocorreu uma série de reformas e políticas liberais destacando as privatizações.

Como resultado, o ambiente de proteção que as pequenas empresas rurais (agregado familiar, coletivo e de pequena escala) haviam desfrutado na década de 1980 foi desmantelado. Agora enfrentavam competição muito mais agressiva das empresas urbanas (públicas e privadas) que tinham melhor acesso ao capital, tecnologia e mercados urbanos e estrangeiros.

Depois de Deng Xiaoping visitar o sul e da promulgação da Lei de Empresa em 94, o número de empresas domésticas começou a se contrair, assim como o número e o tamanho das maiores empresas privadas começou a aumentar dramaticamente. Como o número de empresas rurais encolheu no final de 1990, o peso relativo das empresas maiores privadas cresceu substancialmente como pode ser observado na Tabela 1. Em 95 eram 0.96 milhões de grandes empresas privadas com 8.74 milhões de trabalhadores, já em 96 sobe para 2.26 milhões de empresas e 24.6 milhões de trabalhadores. Este foi o resultado da privatização de empreendimentos coletivos e da centralização de capitais entre as empresas privadas. O número total de empresas diminuiu de 24.9 milhões em 94 para 20 milhões em 98 e o número de funcionários por empresa aumentou de 120.2 para 125.4 milhões respectivamente. (ANDREAS, 2010)

Tabela 2 – Empresas de Aldeias e Municípios por tipo e quantidade de empregados na China (1985 – 2002)

Year	Number of TVEs, million units				Employment in TVEs, million persons			
	Total	Collective	Large Private*	Household	Total	Collective	Large Private*	Household
1985	12.2	1.57	0.53	10.1	69.8	41.5	4.75	23.5
1986	15.2	1.73	1.09	12.3	79.4	45.4	8.34	25.6
1987	17.5	1.58	1.19	14.7	88.1	47.2	9.23	31.6
1988	18.9	1.59	1.2	16.1	95.5	48.9	9.77	36.8
1989	18.7	1.53	1.07	16.1	93.7	47.2	8.84	37.6
1990	18.7	1.45	0.98	16.3	92.7	45.9	8.14	38.6
1991	19.1	1.44	0.85	16.8	96.1	47.7	7.27	41.2
1992	20.9	1.53	0.90	18.5	106.3	51.8	7.71	46.8
1993	24.5	1.69	1.04	21.8	123.5	57.7	9.14	56.6
1994	24.9	1.64	0.79	22.5	120.2	58.9	7.3	53.9
1995	22.0	1.62	0.96	19.4	128.6	60.6	8.74	59.3
1996	23.4	1.55	2.26	19.6	135.1	59.5	24.6	50.9
1997	20.1	1.29	2.33	16.5	130.5	53.2	26.3	51.0
1998	20.0	1.07	2.22	16.8	125.4	48.3	26.2	50.9
1999	20.7	0.94	2.08	17.7	127.1	43.7	28.5	54.8
2000	20.9	0.8	2.06	18.0	128.2	38.3	32.5	57.3
2001	21.2	0.67	2.01	18.5	130.9	33.7	36.9	60.2
2002	21.3	0.73	2.3	18.3	132.9	38.0	35.0	59.8

Fonte: Huang (2008), *Capitalism with Chinese Characteristics* apud Andreas (2010, p.69).

\*Mais do que sete empregados

Na década de 90, quando as reformas de mercado urbano resultaram nas privatizações de muitas empresas públicas e do rápido desenvolvimento de grandes empresas privadas, o Estado sustentou o controle de empresas em alguns setores estratégicos, incluindo petróleo, bancos, energia, telecomunicações, armamentos e outros recursos essenciais. No entanto, mesmo nesses setores o controle foi reestruturado de modo que a administração destas empresas fosse mais independente, levando-as a ter maior responsabilidade quanto aos ganhos ou prejuízos, o que significava que deveriam agir mais como corporações capitalistas.

O mercado de trabalho também foi liberalizado, com isso as empresas públicas não eram mais obrigadas a oferecer benefícios como o seguro de saúde, pensões,

habitação, creche ou outros serviços de assistência a seus empregados, e eles estavam agora livres para contratar e demitir de acordo com as exigências do mercado.

De acordo com Arrighi (2008) as reformas da China não seguiram a receita neoliberal do Consenso de Washington como muitos intelectuais pensam. Muitos acadêmicos afirmam que o crescimento Chinês desde 1980 pode ser atribuído ao fato de que os Chineses adotaram a política neoliberal, porém esta afirmativa é desmentida pela longa série de desastres econômicos que a adoção real da receita provocou na África subsaariana, na América Latina e na antiga União Soviética. A pergunta a se fazer é se a boa evolução do sistema foi por conta de uma “época áurea do Capitalismo” e suas reformas ou uma “época áurea do Socialismo reformado” com sua regulação como na Índia e China. Na verdade, para Arrighi, a resposta certa é: as duas.

As reformas Chinesas sempre serviam ao interesse nacional, em termos gerais, a desregulamentação e a privatização foram bem mais seletivas e avançaram em ritmo bem lento do que nos países que seguiram a receita neoliberal, muitos dizem que foi uma reforma com “características chinesas”. Por exemplo, em 1990 a China informou à Toshiba e outras empresas que, a menos que levassem consigo os fabricantes de peças, não precisavam nem se incomodar em mudar para o país. (ARRIGHI, 2008, p.361)

A abertura e reforma com singularidades Chinesas em 1990, atraiu os capitais americanos, europeus e japoneses a entrar na China com maior intensidade. O investimento direto estrangeiro foi de 20 bilhões em 1980 para 200 bilhões em 2000, e 450 bilhões em 2003. É interessante perceber que diferentemente da África e América Latina, o capital estrangeiro precisava mais da China do que a China dele, empresas como Intel, General Motors sentiam a concorrência e corriam para aproveitar o crescimento e a MDO da China.

O papel do governo chinês foi de promoção do desenvolvimento, investiu em novos setores, modernização, educação superior, infraestrutura. Com o tamanho continental e sua imensa população, o governo chinês combinou industrialização voltada para exportação, induzida em grande parte pelo investimento estrangeiro, com vantagens de uma economia nacional centrada em si mesma e protegida pelo idioma, costumes, instituições.

Como é simples perceber, o processo de industrialização e de urbanização da economia cresceu rapidamente nessa época, de acordo com Andreas (2010) ocorreram duas mudanças políticas cruciais que favoreceram o desnível entre as áreas urbanas e

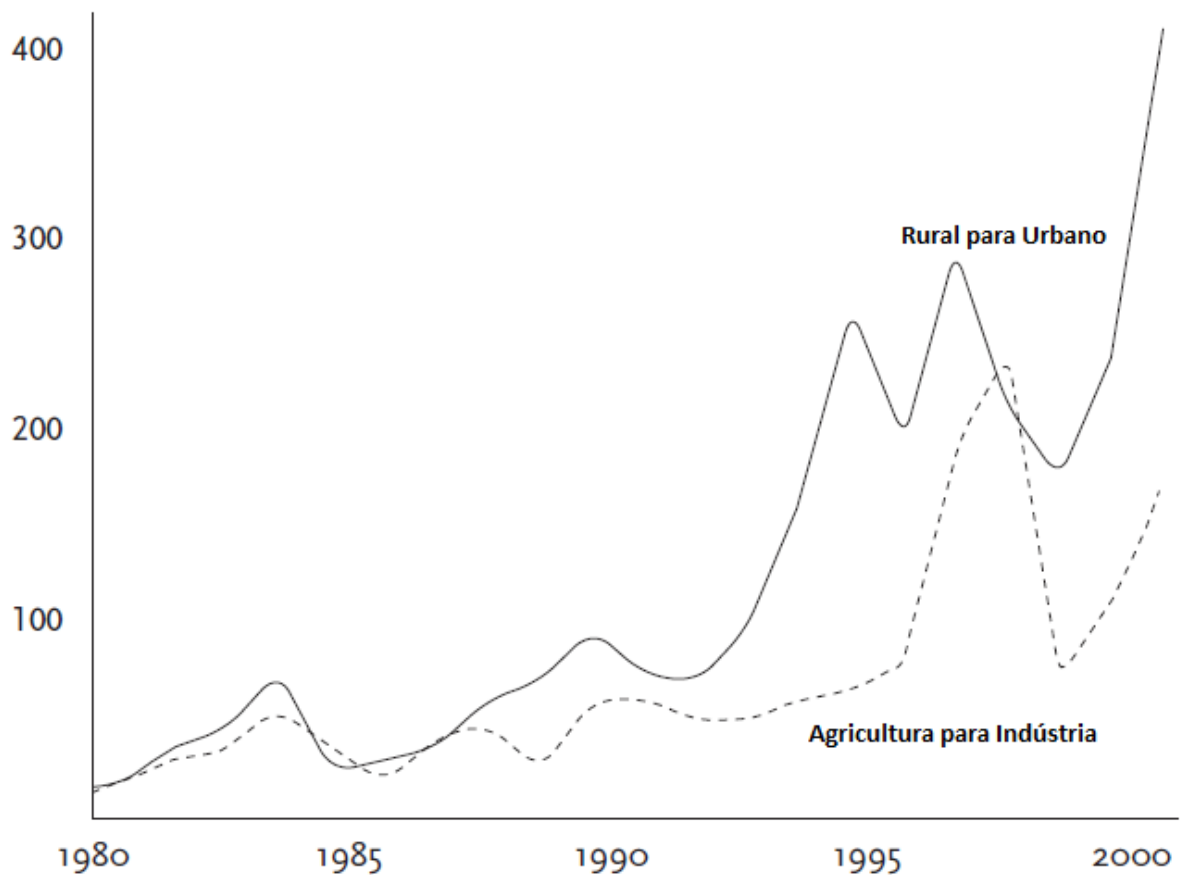
rurais. O primeiro foi o da privatização de fábricas de municípios e vilas, que, conseqüentemente perderam muito do apoio do governo local. A privatização foi um fator importante no declínio da indústria rural e foi amplamente visto como abandono do governo da indústria rural, o foco era em grandes empresas que eram exclusivamente urbanas.

A segunda foi uma queda repentina e acentuada nos preços de grãos em 1996, que ferem a economia rural por inteiro. Pode-se argumentar que o governo intencionalmente fez os preços despencarem, pois teve interesse em reduzir o preço dos alimentos, para diminuir as dificuldades urbanas, em meio ao processo de reestruturação da indústria.

Cabe ressaltar que Yasheng Huang discorda de Joel Andreas afirmando que a decadência do setor rural não foi causada pelas políticas reformistas neoliberais, mas sim pelo viés urbano causado pelas políticas governamentais Chinesas que negligenciaram o setor rural. Dependendo da formação acadêmica ideológica é possível encontrar diferentes razões, Huang leva uma interpretação liberal voltada para as transformações de mercado e a participação errônea do Estado na economia e Andreas para o lado Marxista abordando a máquina desigual capitalista, porém não entraremos nesta discussão.

O fato é que o setor agrário perdeu sua força e foi negligenciado na década de 90 e por outro lado a urbanização e o capital externo cresceram maciçamente, gerando conseqüências para a sociedade Chinesa. Como mostra a Figura 2 ocorreu um crescimento sustentável de transferência de renda da agricultura rural para o setor industrial urbano entre 1978 e 2000, através de políticas fiscais e financiamentos, a exceção foi durante a crise da Ásia em 1997-98.

Figura 3 – Total de Renda transferida do campo para a cidade na China (1980 – 2000), em bilhões de Yuan



Fonte: Huang, Rozelle e Wang, 'Fostering or Stripping Rural China', apud HUNG (2008, p.15).

O enorme aumento da desigualdade de renda nas áreas rurais e urbanas e entre elas, assim como entre classes, estratos sociais e províncias diferentes, é um dos fatos mais bem conhecidos sobre a passagem da China para a economia de mercado.

#### **3.4. Resultados: Êxodo rural, Desigualdade social e Crescimento orientado por exportações.**

As transformações ocorridas nas décadas de 80 contribuíram para uma expansão do setor agrícola, porém nos 90 o foco mudou, a abertura comercial e a competição no mercado intrinsecamente tendem a centralizar a propriedade sem a necessidade de intervenção estatal. Vencedores espremem perdedores, acumulam capital, conquistam participação de mercado e bloqueiam novos entrantes. Mesmo com o governo Chinês



ainda forte as consequências da reforma liberal na estrutura social são facilmente observadas.

Joel Andreas (2008, p.75) sugere uma análise Marxista para explicar o crescimento das desigualdades de renda na China. Durante a década de 1980, a economia chinesa foi predominantemente composta de empresas estatais, coletivas e familiares, sendo que quase toda a população urbana trabalhou na área estatal e em cooperativas, o que limitou fortes disparidades de renda. Nas estatais e empresas coletivas, as diferenças salariais eram reguladas e não variavam demasiadamente, enquanto que nas empresas familiares a propriedade foi distribuída de modo relativamente uniforme. Por outro lado, na década de 90, o setor capitalista se ampliou em detrimento do setor público, a propriedade foi concentrada e o setor privado passou a dominar tanto as áreas urbanas quanto rurais. As diferenças salariais aumentaram acentuadamente e, naturalmente, a desigualdade de renda cresceu.

É importante diferenciar a lógica de uma propriedade familiar e uma capitalista, a propriedade familiar depende do trabalho dos parentes e, portanto seu objetivo era a subsistência, enquanto a propriedade capitalista visa lucros, e converte os proletários em assalariados, que passam a depender mais do mercado.

De acordo com Joel Andreas (2008, p.78) “em 1978, antes das reformas de mercado, a desigualdade de renda na RPC, medida pelo coeficiente de Gini, foi entre os mais baixos do mundo. Três décadas depois, ele está entre os maiores”. Esse aumento substancial do índice que mede as desigualdades de renda tem grande relação com as mudanças “capitalistas” ocorridas na década de 90. Fatores que contribuíram para isto e merecem destaque foram às disparidades regionais, as diferenças entre as localidades e o gap de renda entre os setores agrário e urbano provocado pelas reformas.

O êxodo rural a princípio mostrava sinais claros de ganhos de produtividade no setor agrário, muitos trabalhadores tinham que se locomover para as cidades maiores a procura de emprego, neste ponto as Empresas de Aldeias e Municípios amenizaram muito o viés urbano provocado pela reforma liberal absorvendo grande parte desses trabalhadores. Para Hung (2008) o viés urbano, com a estagnação agrária e a política fiscal rígida, levou o setor rural a deteriorar-se, levando a falências de indústrias rurais, provocando o êxodo rural na China como vemos na Tabela 3. Como a China produziu

uma grande integração na região asiática, as deficiências chinesas se propagaram para toda região asiática.

**Tabela 3 - Distribuição Populacional Urbano e Rural na China (1985 - 2006)**

<b>Ano</b>	<b>Urbano (%)</b>	<b>Rural (%)</b>
1985	23.7	76.3
1986	24.5	75.5
1987	25.3	74.7
1988	25.8	74.2
1989	26.21	73.79
1990	26.41	73.59
1991	26.94	73.06
1992	27.46	72.54
1993	27.99	72.01
1994	28.51	71.49
1995	29.04	70.96
1996	30.48	69.52
1997	31.91	68.09
1998	33.35	66.65
1999	34.78	65.22
2000	36.22	63.78
2001	37.66	62.34
2002	39.09	60.91
2003	40.53	59.47
2004	41.76	58.24
2005	42.99	57.01
2006	43.90	56.10

Fonte: China Statistical Yearbook; National Bureau of Statistics web site

A virada capitalista da década de 1990 colocou uma enorme pressão sobre as famílias camponesas e pequenas empresas rurais, como as grandes empresas capitalistas firmemente assumiram os campos econômicos em que as famílias rurais dependiam, na indústria, transportes, comércio e até mesmo a agricultura. Mais e mais famílias da zona rural dependem pelo menos em parte de rendimentos do trabalho assalariado, e muitos moradores rurais migram longas distâncias em busca de trabalho. Segundo estimativas oficiais do Escritório Nacional de Estatísticas da China (Boxun) a população

trabalhadora rural migrante para as cidades era de 30 milhões em 1989 e foi para mais de 140 milhões em 2008.

O ritmo de crescimento apresentado pela China a partir do século XXI segundo Medeiros (2010) deveu-se fortemente a expansão das exportações. Ele observa que o dinamismo e estratégia construída desde a política “de portas abertas” de Deng Xiaoping teria sido uma construção operada em grande parte pelas empresas multinacionais visando às exportações. Este padrão teria sido construído pelo deslocamento produtivo e investimento das empresas americanas, europeias e japonesas movidas por uma lógica de localização e mecanismos de subcontratação, buscando essencialmente aproveitar suas vantagens comparativas baseados nos baixos custos de trabalho chinês.

Mesmo com a exposição das empresas estatais à concorrência umas com as outras, com as grandes empresas estrangeiras estatais ou privadas, o papel do governo Chinês na promoção do desenvolvimento não diminuiu. Com investimentos em educação, modernização e industrialização amparadas pela imensa população do país a China combinou as vantagens da industrialização voltada para a exportação com o investimento estrangeiro e a regulação de uma economia nacional centrada em si mesma. Um grande exemplo dessa sinergia são as Zonas de Processamento para Exportações (ZPEs) focalizadas na área litorânea Chinesa onde floresce as práticas de mercado e se concentram a maioria dos investimentos externos. As ZPEs Chinesas abrigam cerca de dois terços do total mundial de trabalhadores em zonas desse tipo, onde o governo intervém diretamente para promover a colaboração entre universidades, empresas e bancos estatais. (ARRIGHI, 2008)

Três conglomerados industriais se destacam; o delta do Rio Pérola que é especializado em indústrias que fazem uso intensivo de mão de obra em produção e montagem de peças de reposição; o delta do Rio Yang-Tsé que é especializado em setores que fazem uso intensivo de capital e em produção de carros, semicondutores, celulares e computadores; e Zhongguan Cun em Pequim que é o Vale do Silício da China mais voltado para áreas tecnológicas e de inovação científica. (ARRIGHI, 2008)

As diferenças entre a China da era de Mao Tse-Tung e a China de Deng Xiaoping são facilmente visíveis. Algo unânime entre os autores como Arrighi, Andreas

e Huang foi o reconhecimento dado à era de Mao sobre os ganhos enormes na educação básica e na saúde que foram estendidos a quase todas as aldeias e foram fornecidos a um custo mínimo. Isto forjou uma base produtiva sólida para as posteriores mudanças.

Durante a China de Deng, o socialismo e suas bases teóricas parecem que se mesclam com as teorias capitalistas de mercado. Algo que parecia antagônico e contraditório se transforma em um sistema complexo onde podemos ver uma interação entre uma ideologia voltada à centralização das decisões e outra que prega a liberalização do sistema. Nas palavras do Secretario geral chinês Jiang Zemin: “mesmo se os setores estatais pegarem uma parcela menor da economia, isso não afetará a natureza do socialismo no país. O setor privado é importante para o socialismo de mercado”. O governo tem firmeza na convicção que o modelo Chinês, o socialismo de mercado, é a maneira correta de se levar a nação. Como diz Paul Watzlawick, “A definição oficial é de que se esta construindo um socialismo de mercado - vale dizer, uma economia de mercado gerenciada não por capitalistas, e sim pelo PCC. Capitalistas têm seu lugar na China de hoje, mas não são eles que puxam os cordéis do regime”.

#### 4. Conclusão

A monografia abordou primeiramente uma base ideológica para melhor entendimento sobre a sociedade chinesa e suas visões políticas. Caracterizando e abordando autores importantes e de grande relevância tanto para a URSS quanto para a China.

A abordagem sobre a URSS e os contrapontos com a evolução da reforma Chinesa no capítulo 2, mesmo sendo secundário no âmbito da pesquisa, foi de grande importância para melhor ilustrar as características geopolíticas da época e as diferenças entre estas duas grandes nações Socialistas. A estratégia soviética foi muito influenciada pelo seu contexto histórico da Guerra Fria e a corrida armamentista, este peso militar dificultou seu planejamento, “O fardo militar era percebido como o obstáculo fundamental à retomada dos investimentos e renovação tecnológica na economia, sem a qual a União Soviética ficaria muito atrás dos EUA” (MEDEIROS, 2008, p.34) e as reformas acabaram tendo aspectos emergenciais, levando a mudanças drásticas como, por exemplo, a introdução do mercado. Por outro lado, na reforma chinesa o exército teve um papel de aglutinador do povo chinês e do próprio território contra as potências imperialistas da época, as reformas mantiveram o papel importante e central do PCC e os mecanismos de descentralização foram introduzidos lentamente. Levando a possibilidades de mudanças planejadas e com características próprias, englobando as especificidades da nação e a história cultural e ideológica chinesa. O grande diferencial da China, além de sua evolução histórica, é a tentativa de manter o controle das transformações, tentar domar o capitalismo, ou seja, absorver seus benefícios e conter seus malefícios, controlar de forma consciente as transformações que a introdução da lógica do mercado impõe na sociedade. Em pouco tempo a introdução das reformas pró-mercado se destacaram no crescimento econômico, a China se tornou urbana e com crescimentos em média de 10% ao ano.

Os resultados da pesquisa apontam que as transformações na economia chinesa foram profundas e com grandes repercussões, mas como diz Arrighi (2008) estas serviam ao interesse nacional, não foi seguido nenhum receituário internacional, foram reformas com “características chinesas”. Acredito que a ideia original das reformas e do sistema chamado de “Socialismo de Mercado” introduzido com Deng Xiaoping, teria a pretensão de aproveitar as virtudes do mercado, com destaque ao crescimento rápido, inovação, diversificação entre outras e ao mesmo tempo controlar os reflexos maléficos,

como desemprego, desigualdade social, êxodo rural, entre outras, com a força de um Estado socialista e regulador. O processo de reforma levado pelas mãos do PCC foi rígido e controlado, no entanto pelo que vemos não conseguiu amenizar consequências sociais desfavoráveis, como a forte desigualdade de renda observada pelo índice de Gini, concentração regional focado no litoral com os conglomerados industriais enquanto o oeste chinês não recebe grandes investimentos, problemas por conta do forte êxodo rural levando a precariedade social nas cidades e insuficiência de oferta agrícola nacional, dependendo do comércio internacional.

Anteriormente às reformas de Deng Xiaoping, a China apresentava uma distribuição de renda mais igualitária baseada na propriedade estatal dos ativos (terra e capital) e na regulação do trabalho e condições sociais. O enorme aumento da desigualdade de renda nas áreas rurais e urbanas e entre elas, assim como entre classes, estratos sociais e províncias diferentes, é um dos fatos mais bem conhecidos sobre a passagem da China para a economia de mercado. De acordo com Arrighi (2008) com o tempo, o processo de socialização de mão dupla entre o Estado-partido e os estratos inferiores da sociedade chinesa era substituído por um processo semelhante entre Estado-partido e a burguesia nascente. Os resultados foram as lutas sociais em áreas urbanas e rurais.

A China do século XXI tem a capacidade de transformar a ordem mundial vigente, contribuindo para que o sul global supere sua dependência ao norte, e principalmente com os EUA. No entanto, a estratégia da China não segue essa tendência, esta não desconecta com o ciclo formado com o EUA, e continua dependente deste. De acordo com Hung (2008), caso não ocorra uma reforma política que equilibre o lado rural-urbano, a China tende a continuar liderando os países asiáticos e servindo os EUA.

A China atualmente tem ampla consciência de sua situação social como vemos no 12º Plano Quinquenal (2011-2015), segundo este as regiões do nordeste e oeste chinês estão no limiar de uma nova fase histórica, a China focará seus esforços em priorizar a implementação de uma ampla estratégia de desenvolvimento dessas regiões a fim de manter um crescimento econômico estável e acelerado, deve ser dada mais ênfase à construção de zonas de desenvolvimento prioritário com focos e prioridades próprios, determinados por características ambientais, recursos naturais, estágio de desenvolvimento e potencial. Se estas medidas ultrapassarem o plano da retórica e,

fundamentalmente, se conseguirem romper os interesses em torno da articulação com os EUA, poderá ocorrer transformações significativas na Ordem Mundial.

## Referências Bibliografia

- ANDREAS, Joel "A **Shangai model?**" New Left Review, v.65, n.sept-oct, 2010.
- ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith Em Pequim, Cap 12 Origem e Dinâmica da ascensão chinesa, 2008.
- BAUM, Richard, '**Burying Mao – Chinese Politics in the Age of Deng Xiaoping**', Princeton University Press, 1994.
- CANO, Newton - '**A Inserção Internacional da China na década de 80 e o papel do Estado nas reformas econômicas**', Monografia do Instituto de Economia, Unicamp, Dezembro 1995.
- Embaixada da República Popular da China no Brasil - <http://br.china-embassy.org/por/szxw/t896390.htm> - acesso em 06/2012
- FERNANDES, Luis – "**O Enigma do Socialismo Real**"; Um balanço crítico das principais teorias marxistas ocidentais, 2000.
- GOMES, Oziel – **Lênin e a Revolução Russa**, 1999
- GUOYING, Dang. '**Realizações Agrícolas e Reforma Rural na Nova China**'. Tradução de Nadja Nicolaevski e Marcel Nicolaevski. Disponível em: [http://dgta.fca.unesp.br/docentes/aluisio/antigos/200702/csa/Agricultura\\_Chinesa.pdf](http://dgta.fca.unesp.br/docentes/aluisio/antigos/200702/csa/Agricultura_Chinesa.pdf) - Acesso em: 26/09/2010.
- HUA, Guang – 'China's new corporate law' Hong Kong Lawyer, Maio 1994.
- HUANG, Yasheng '**The Politics of China's Path**' A reply to Joel Andreas, New Left Review, v.65, n.sept-oct, 2010.
- HUNG, Ho-Fung, 'America's Head Servant?' The PRC's Dilemma in the Global Crisis. New Left Review No. 60.2008.
- KOLKO, Gabriel. '**China and Vietnam on the road to market**'. Journal of Contemporary Asia, 2001.



MARIUTTI, Eduardo. **“Crise econômica e Rivalidade Política: Características gerais da ordem internacional contemporânea,”** 2011.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **‘O Manifesto Comunista’**, 1848.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **‘O Capital’**, 1867.

MEDEIROS, Carlos. ‘Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China’. p. 173-273. in: FIORI, José L.; SERRANO, Franklin & MEDEIROS, Carlos A. (2008) **O mito do colapso americano**. Ed. Record: SP e RJ.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. **‘O ciclo recente de crescimento Chinês e seus desafios’**, Observatório da Economia Global, CECON Unicamp, Textos Avulsos, n°3, Junho, 2010.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. **‘Estado e Desenvolvimento Econômico’**, Seminário O Papel do Estado na promoção do Desenvolvimento, Fundap em 24 de julho de 2008. Disponível em:  
<[http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf/quarto\\_seminario/Exposi%C3%A7%C3%A3o do Professor Carlos Medeiros.pdf](http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf/quarto_seminario/Exposi%C3%A7%C3%A3o_do_Professor_Carlos_Medeiros.pdf)>

Movimento Revolucionário Internacionalista – **‘VIVA O MARXISMO-LENINISMO-MAOISMO’**, 26 de Dezembro de 1993. Disponível em:  
<http://paginavermelha.org/documentos/mridocs/vivaomlm.htm>

OTTO, V. – **‘Manual de Marxismo-Leninismo’**, 1976.

OLIVEIRA, C.A.B. **‘Reformas econômicas na China’**. In: Economia Política Internacional: análise estratégica. Campinas, n. 5, abr./jun. 2005, 8p.

OURIQUES, H. Ricardo e ANDRADE, R. Sugai. **‘Desenvolvimento, migração e urbanização na China: Notas Introdutórias’**. RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico, Ano XII, n° 21, 2010.

PACHECO, Duarte; POMAR, Wladimir, **‘DOSSIÊ: 60 ANOS DA REVOLUÇÃO CHINESA’**, Revista Espaço Acadêmico – Mensal – N° 101 – Outubro de 2009

**‘Quotations from Chairman Mao-Tse-Tung’**, 1996

SPENCE, Jonathan. **‘Em busca da China moderna: quatro séculos de história’**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

STÁLIN, V. Josef. **‘Sobre os Fundamentos do Leninismo’**. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/stalin/1924/leninismo/cap01.htm>>

Sem Autor, **‘China da Dominação Imperialista á expansão capitalista’**, Disponível: <[http://www2.editorapositivo.com.br/pnld/anos finais/historia9/conteudos/historia/historia9/reportagens\\_china/maotsetung.htm](http://www2.editorapositivo.com.br/pnld/anos finais/historia9/conteudos/historia/historia9/reportagens_china/maotsetung.htm)>

Sem Autor, **‘A Emergência da China e suas relações com a América Latina e África’**, Seminário América Latina: Temas da agenda do século XXI, Abril 2011.

SHAMBAUGH, David, **‘China’s Communist Party – Atrophy and Adaptation’**, University of California Press, 2008.

SULIMAN, Osman – **‘China’s Transition to a Socialist Market Economy’**, Quorum Books, 1998.

VELOSO, Beatriz – **‘Crescimento Econômico e Reforma Agrária na China e no Brasil: Uma comparação avaliativa’**, Monografia, Unb, Brasília, 2010.

WATZLAWICK, Paul – **“Gestão do Território: Brasil x China”**, Disponível em: <[www.cipedya.com/web/FileDownload.aspx?IDFile=175365](http://www.cipedya.com/web/FileDownload.aspx?IDFile=175365)>

WOODRUFF, D.- **‘Money Unmade’**, Cornell University Press, 1999.